

Revolução

ASSEMBLEIA DO MFA E OS CRTs pág. 3

QUE ORGANIZAÇÃO NO EXÉRCITO? pág. 5

REPÚBLICA: VITÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA pág. 8 e 9



nas fábricas nos campos nos quartéis
CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

REPRESENTATIVIDADE REVOLUCIONÁRIA E REPRESENTATIVIDADE BURGUESA

Com o aparecimento das Comissões de Moradores, comissões de bairro e, possivelmente, comissões ou conselhos de aldeia, surge e discute-se o problema da sua "representatividade" que tem muito que ver com o conceito de "eleitoralismo".

A história do movimento operário a nível mundial, mostra-nos muito claramente os meios de que se tem vindo a servir a burguesia no decorrer dos tempos, para manter sob o seu jugo o proletariado e demais classes exploradas — desde as acções de repressão violenta, até aos mais hábeis e demagógicos artificios, tudo bem utilizado. Assim um dos meios de que mais correntemente lança mão, é o "eleitoralismo", o qual não raras vezes, até convence massas populares menos esclarecidas, sem uma sólida consciência de classe, manobra em que é acompanhada pelo "reformismo". Nesta ordem de ideias, pretende a burguesia deduzir a representatividade das comissões de moradores de aldeia, que são essencialmente revolucionárias, constatações de estruturas sociais caducas, dos votos dos detentores dos meios de produção, dos proprietários de terra, das casas e dos solos urbanos, dos que, em suma, constituem as classes possidentes, de mistura com os votos dos que nada têm, a não ser o magro salário, produto da venda da sua força de trabalho.

Assim, surgem de todos os

lados, particularmente dos arraiais social-democratas e reformistas propostas no sentido de se reunirem plenários de habitantes das freguesias, aldeias e bairros pobres, com vista a eleger as comissões de moradores, comissões revolucionárias unitárias, em que o voto do grande proprietário, desafogado capitalista, do trabalhador menos esclarecido, seja igual ao do operário consciente ou ainda do revolucionário mais consequente.

Este é, sem sombra de dúvida o modo mais claro de sabotar a um movimento de massas unitário e consequente, que se vem desenhando no nosso horizonte político e em que elementos em evidência na situação pré-revolucionária em que se vive, no próprio seio do C.S.R., consideram como a melhor forma de traduzir, pela sua autonomia, apartidarismo o espírito revolucionário — a unidade Povvo/MFA.

Será que as últimas eleições para a Constituinte, não foram suficientemente elucidativas, não mostram claramente o que é na prática o "eleitoralismo" burguês?

É compreensível que gerações nascidas depois de 1926, que não viveram o período da 1.ª República burguesa e ainda pouco esclarecidos, "embarguem" neste engodo. O que não se compreende é que mesmo alguns que se pretendem mais esclarecidos, tivessem aceitado entrar no jogo. A representatividade revolucionária,

deduz-se da prática revolucionária, não do sufrágio universal, em que não se considera a realidade objectiva de sociedades humanas constituídas, por extratos, camadas e classes.

As comissões de moradores, de bairro, de aldeia, são grupos de pessoas identificadas com determinado processo revolucionário, com a revolução socialista e cujos interesses são os interesses do proletariado. As comissões ou conselhos de moradores, as comissões de bairro ou de aldeia, terão que ser constituídos por operários e outras classes trabalhadoras, conscientes e esclarecidas, verdadeiro movimento de massas, autónomas e apartidárias. A sua representatividade resultará da adesão das massas trabalhadoras que habitam na freguesia, no bairro, ou na aldeia,

no núcleo central e dinamizador, que o compõe, que aceitam a sua democraticidade interna e se identificam, sem ambiguidades, com os seus interesses de classe. Tudo o resto é mistificação.

Comissões eleitas, removíveis a todo o tempo, assim; mas em plenários ou assembleias de moradores interessados e empenhados no processo revolucionário, objectivando a construção do socialismo.

Plenários em que tenham assento em igualdade de circunstâncias, patrões e assalariados, senhorios e inquilinos, exploradores e explorados, para decidir da luta contra a exploração, não. Defender tal princípio é indiscutivelmente assumir uma posição nitidamente contra-revolucionária. Isto sim, é que é fazer o jogo da reacção.

A.S.

UMA SÓ SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA
PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

UMA SÓ SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA
PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

CARTA ABERTA AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

1 — Eu como militante da classe operária siato-me decepcionado com as linhas políticas que os senhores apresentam para o processo revolucionário do nosso país.

Os senhores sabem, muito bem que em Portugal há duas alternativas que são as seguintes: ou entramos no Fascismo ou na Revolução Socialista.

Então, camaradas do C. Superior da Revolução, têm que fazer um trabalho revolucionário, o que vocês ainda não fizeram. Somente fizeram foi o jogo da burguesia.

Eu como operário, tenho lutado dentro das minhas possibilidades para que a ditadura do proletariado seja uma realidade em Portugal, do que vocês têm medo e que vos repugna.

Agora vocês têm que ver uma realidade: admite-se que haja partidos de direita na Constituinte e até no Governo (PS, CDS, PPD)? E não falo nos reformistas (PC,

CDE). O que têm feito estes partidos, e para que existem? Só com uma intenção - organizar a burguesia contra o proletariado.

Francamente vocês não podem trazer a classe mais oprimida durante o fascismo, a classe operária. O que vocês têm feito é travar o processo revolucionário dos trabalhadores e temos o exemplo do Rádio Renascença, República, TLP etc.

- Quando o Primeiro Ministro reformista Vasco Gonçalves, faz um ultimato aos trabalhadores da Rádio Renascença, para saírem e entregarem a Emissora ao Patriarcado parasita e reaccionário é totalmente uma decisão contra-revolucionária.

E que resultados vocês obtiveram? Foi verem a classe operária a organizar-se e a avançar para o Rádio Renascença a apoiar a justa luta dos trabalhadores daquele emissor de rádio. Então vocês tiveram que

tomar uma decisão, que foi nomear uma comissão Administrativa para o R.R.

O que se conclui de tudo isto?

Em relação ao Vasco Gonçalves, que foi uma figura manobrada pela burguesia., para ele foi uma lição para deixar de brincar com a classe

operária. Viva a classe operária! Viva a Ditadura do Proletariado! Portanto faço um apelo ao Conselho Superior do Conselho da Revolução, que tome posições revolucionárias, pondo-se de uma vez para sempre do lado dos trabalhadores.

RESPOSTA AO CAMARADA

Em relação a este nosso leitor queremos apenas dizer que é impossível este Conselho da Revolução pôr-se de uma vez para sempre ao lado dos trabalhadores. Este órgão do poder representa interesses da burguesia na sua maioria e tem apenas uma fracção de oficiais revolucionários. Desta contradição resultam as oscilações nas variadas tomadas de decisão, incluindo a do caso Rádio Renascença. E estas contradições permitem também que a força do proletariado se meta pelas brechas que se abrem e que conquiste terreno.

Mas a classe operária não pode esperar que as conquistas revolucionárias lhes surjam numa bandeja ou que lhe sejam oferecidas pelo actual poder. Todo o poder tem de ser conquistado.

Só quando o proletariado tiver órgãos de poder é que as decisões serão definitivamente no interesse da sua classe. Um revolucionário não tem pois que culpar os conservadores e os reformistas de não fazerem a revolução. Ele é que tem de fazer a revolução. E até pode ser que os reformistas vão atrás...

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

Revolução



CRESCEM OS CRTs, MORREM OS CDRs VENCE A DEMOCRACIA PROLETÁRIA, VENCE A UNIDADE

Os textos falam por si

3.3 Processo de formação

3.3.1 — A direcção das organizações populares é eleita em plenário, por votação de braço no ar.

3.3.2 — Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo plenário que os elegeu.

3.3.3 — Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias assembleias.

(Projecto de ligação Povo-MFA aprovado na Assembleia do MFA de 8/7/75)



SOBRE AS DECISÕES DA ASSEMBLEIA DO MFA

A aprovação da proposta de ligação do Povo-MFA constitui uma grande vitória para aqueles que há meses se batem pela criação de Conselhos Revolucionários e para um partido como o PRP-BR que luta desde a sua constituição pela organização autónoma e apartidária dos trabalhadores.

Mas tal decisão da parte de um órgão do poder constitui um corte tal com tudo quanto seja a conciliação, que, desde já, os militares de esquerda e os revolucionários se devem preparar para a reacção organizada da direita.

A consagração de uma forma de organização baseada na eleição em Assembleias e na revogabilidade das comissões eleitas vem coincidir com a plataforma aprovada no Congresso dos CRTs em 19 e 20 de Abril de 1975 e vem colocar definitivamente os C.D.Rs. (auto-constituídos, sem eleição) fora deste projecto. Assim, enquanto os primeiros vão em organização crescente os segundos estão destinados a morrer desde hoje.

Perante isto, que acabem os jogos e as manobras, de que a manifestação de amanhã será ainda mais uma. Deixem-se os partidos de tentar o controlo das instâncias políticas e voltem-se para o país e os seus problemas, os desempregados, a miséria, a crise económica.

De igual modo as tarefas e objectivos do projecto coincidem, com poucas diferenças da plataforma dos C.R.T.; assim se prova que os revolucionários e os trabalhadores conscientes e os militares revolucionários convergem para o mesmo ponto.

Em relação ao aparelho de estado, o PRP-BR aceita o projecto como forma de transição, para discussão e alteração constante; mas não aceita como órgão supremo o actual Conselho da Revolução cuja maioria é marcadamente conservadora. Quanto à estrutura militar, o PRP-BR lembra que as actuais ADUs não são realmente assembleias de toda a Unidade mas sim dos seus variados extractos hierárquicos e que só haverá democracia quando a Assembleia for Geral.

Mas, perante esta vitória dos oficiais revolucionários no seio do poder político-militar, não tenhamos ilusões: a direita, o capitalismo nacional e internacional virão ao ataque e farão tudo o que puderem para travarem a Revolução. Mais do que nunca, se deve fazer a unidade dos trabalhadores, dos revolucionários e dos militares revolucionários, para romper com o imperialismo, fazer a ruptura dentro do actual poder e criar uma estrutura forte e definida - a proletária.
O Secretariado Político do PRP-BR

10-7-75

Em relação aos trabalhadores, considero que devem ser meditadas e apoiadas iniciativas tendentes à criação de órgãos de poder da classe nas fábricas, nos campos e nos bairros populares, cujas características fundamentais sejam necessariamente:

1. Unidade suprapartidária;
2. Democracia plena;
3. Revogabilidade dos seus elementos em qualquer momento pela assembleia que os elegeu;
4. Coordenação local, regional e nacional desses organismos.

(Da intervenção sobre os CRTs feita na Assembleia do MFA em 19/5/75)

«Para nós, trabalhadores, a Revolução, a transformação radical da sociedade, ainda não foi feita. Os C.R.T.S.M. são a nossa organização, e não é por ter sido um partido a lançar a ideia da sua criação, que eles podem ser acusados de partidário. Os seus membros são eleitos nos locais de trabalho, e são revogáveis pelos trabalhadores a qualquer momento.»

(Da conferência de imprensa dos CRTs em 7/7/75)

	DATA DO APARECIMENTO	FORMA DE CONSTITUIÇÃO	OBJECTIVOS	RELAÇÃO COM AS ESTRUTURAS MILITARES
C.D.R.	16 de Maio	auto-nomeação	Defender a "Revolução" actual	Submissão à actual estrutura das Forças Armadas
C.R.T.	12 de Abril	Eleição no local de trabalho	Conquista o poder para aos trabalhadores	Formação de Conselhos de trabalhadores, soldados e marinheiros para um futuro exército revolucionário

MORTE À IMPRENSA REACCIÓNARIA

Journal Português de ECONOMIA & FINANÇAS

A Ordem

SEMANARIO CATÓLICO

Director
A. VALDEZ DOS SANTOS
Ano XXII
PROPRIEDADE DA SOCIEDADE DE PUBLICAÇÕES "ECONOMIA & FINANÇAS"
Edição e Administração
E. AQUILAS MONTEVEDRE, 32, 3.º-D.
Teléfono 27307-31472
LISBOA 1

Como elemento importante do avanço e reorganização que as forças de direita fazem perante a passividade e até encorajamento objectivo de certos sectores e elementos responsáveis, temos a escalada que se tem vindo a desencadear na imprensa reacçãoária e mesmo fascista.

É assim que o jornal semanal "Tempo" escancara as suas páginas ao fascista Freitas do Amaral, o qual, com o seu estilo característico de seminarista balofo, vem insinuar que só um governo composto pela "aliança natural" PS-PPD-CDS e com outro Primeiro-Ministro à cabeça, poderá salvar este país; é assim que as páginas dum semanário regional de Tomar — "O Templário" — contém insinuações perfeitamente contra-revolucionárias e neo-colonialistas face ao que se passa na Guiné-Bissau e em Moçambique; é também assim que grande parte da imprensa regional, seja ela de natureza religiosa ou não, continua (salvo honrosas excepções) na sua histórica campanha contra-revolucionária — vejam-se casos como "A Ordem", "Cruzada Eucarística", "Voz de Fátima", "O Amigo da Verdade" e tantas outras publicações que mais não fazem que enraizar e fomentar uma atitude submissa, passiva e mesmo objectivamente contra-revolucionária por parte de largas camadas da população portuguesa.

É que a reacção, que é como quem diz, todos os que são, na prática, pela manutenção do sistema capitalista, não se limita a lançar uns tantos explosivos em Lisboa, roubar três dezenas de armas em Santa Margarida e promover a fuga de 89 pides, sabe-se lá com que complicitades... De facto, os órgãos de comunicação social são-lhe importantes para, simultaneamente com o bloqueio económico que o imperialismo nos tem já vindo a fazer, criar um clima de descontentamento que favoreça uma viragem para as direitas (seja ela sob a capa provisória duma social-democracia, que mais não

fará que entregar o poder de bandeja aos fascistas, seja sob a forma violenta duma intervenção militar).

Seja como for a verdade é que vemos da parte do governo, uma benevolência e uma passividade que nos deixam perplexos.

Mas, o que é também muito grave, existem jornais diários pertencentes ao Estado que se mostram dum enorme sectarismo que não se limita apenas a beneficiar o PCP (pois que a isso já muita gente se habituou!).

Assim o "Diário de Notícias", no dia 1 deste mês vai ao ponto de dar um enorme relevo a um comunicado quarto da página com este partido fascista, enquanto que os outros comunicados que as organizações de extrema esquerda fizeram sobre a fuga dos pides são relegados para plano secundário, sem mesmo se lhes atribuir qualquer subtítulo, em contraste com o título (em duas linhas e a três colunas) e três respectivos subtítulos que acharam por bem atribuir aos fascistas do CDS!!!

Claro que, deste modo, os reformistas mais não fazem que cavar a sua própria sepultura, pois que são, conscientemente ou não, excelentes aliados dos fascistas deste país.

O CASO DO "ECONOMIA E FINANÇAS"

O caso desta revista quinzenal, que foi já suspensa provisoriamente pela comissão ad-hoc em virtude do seu reaccionarismo que ultrapassa tudo quanto se possa imaginar, merece e justifica da parte do governo (ou dos respectivos organismos correspondentes) uma imediata intervenção no sentido de acabar de vez com esta publicação.

Ao lermos esta revista fascista temos de resto, a sensação de que alguns artigos mais não pretendem que provocar os actuais órgãos do Poder, como que experimentando até onde se pode ir (no campo da legalidade) na escalada contra-revolucionária que se está fazendo

na imprensa.

Para que se não fique a imaginar e sem saber o que é o conteúdo desta revista, transcrevemos seguidamente algumas passagens que nos parecem bem elucidativas do que pretende.

Assim, acotitando-se sob a capa (que, como se vê, dá para tudo), do "socialismo humano e em liberdade", escreve-se no n.º 234:

"No nosso país não há reacção e menos, ainda — salvo casos patológicos — quem defenda a opressão. Há, apenas, isso sim, quem defenda uma evolução socialista mais lenta mas que não põe em perigo a liberdade (...)"

E mais à frente, como que justificando esta afirmação espantosa, segundo a qual em Portugal só não é socialista quem está num estado "patológico" (1), afirma-se ao se abordar a questão das nacionalizações:

"A nacionalização pressupõe o pagamento pelo Estado, aos legítimos possuidores das acções das empresas nacionalizadas, do seu exacto valor. Valor que deve ser obtido em função dos balanços dos últimos anos tendo em consideração as últimas cotações da bolsa.

O contrário seria uma violência inqualificável."

Deste modo querem os fascistas justificar aquilo a que oportunisticamente chamam a sua opção "socialista", juntando-se assim, aos "socialistas" do PS e do PPD que defendem as nacionalizações com indemnizações, ao mesmo tempo que falam em legítimos possuidores de acções...

Mas é no seu último número, o 337, que o "Jornal de Economia e Finanças" mostra qual a sua opção partidária, ao referir-se à intervenção de Freitas do Amaral no "Responder ao País":

"Num país onde se pensa mal e se fala pior, as respostas dadas pelo dr. Freitas do Amaral aos seus três antagonistas, provocaram pela clareza do raciocínio, pela precisão e brilhantismo da sua expressão, uma geral admiração".

E mais à frente:

"A RTP tornou-se credora da gratidão dos telespectadores ouvindo o dr. Freitas do Amaral no programa "Responder ao País", e o dr. Freitas do Amaral prestou um serviço à nação expondo com brilhantismo e clareza as ideias fundamentais do CDS".

O NEO-COLONIALISMO AINDA ESTÁ VIVO

Continuando a falar sobre as escandalosas posições que toma este pasquim, extraimos dos números 335 e 337 as afirmações que se seguem sobre a situação em Angola:

"Contrariando solenes promessas feitas anteriormente, e indo de encontro aos mais elementares interesses das populações africanas, não foi consentido que os 600 mil brancos se fizessem representar à mesa das negociações."

"(...) Angola, ainda não há muito tempo, era uma vasta e portentosa província portuguesa em que, salvo em pequenas bolsas de restrita importância militar, as populações, de todas as cores, de todas as raças, e de todos os credos religiosos, viviam em paz e segurança".

Quer dizer, a luta armada de libertação em que se encontravam o povo angolano e a sua vanguarda revolucionária — o MPLA — eram "pequenas bolsas de restrita importância militar" (os sublinhados são nossos).

Se a importância militar era tão restrita, porque motivo não foi o exército colonial português capaz de acabar com essas "pequenas bolsas"? Além do mais, não era esta a tese dos fascistas que nos governavam?

Com efeito dizem estes senhores que "só os europeus podiam ser o elemento catalizador da coexistência pacífica dos três movimentos ditos emancipalistas", pelo que nada admira que terminem a análise que fazem em função dos interesses que a sua classe ainda detêm em Angola, concluindo que a vitória deve, pela força do núme-

ro e, sobretudo, pela capacidade dos europeus, inclinar-se para a "UNITA" (os sublinhados são nossos).

E assim vemos, uma vez mais, os fascistas portugueses, na tentativa de apoiarem a colónia portuguesa em Angola, virem em socorro da UNITA, tecendo sobre o seu presidente, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA, os melhores elogios.

Assim, todos juntos, é que os reacçãoários estão bem.

Sobre a recente independência da ex-colónia de Moçambique, vejamos o que dizem: " (...) foi um acontecimento decidido, aprovado e sancionado sem consulta à vontade de Portugal e dos próprios povos de Moçambique".

Como se o povo português tivesse que se pronunciar sobre a independência dum povo que, de armas na mão, mostrava bem qual era a sua vontade como, de resto, atestavam as populações que então viviam nas zonas libertadas..

Mas os fascistas já prevêem o futuro com ares categóricos achando que "a realidade moçambicana é complexa demais para que se possa admitir que tudo se vai processar sem perturbações nem sobressaltos". Pelos vistos estes fascistas sabem bem o que os seus amigos estão a planear para Moçambique...

E concluem dizendo: "De futuro, ou se submetem à cega tirania de um governo autoritário — que não é de modo algum o seu — porque os governantes têm a sua cor — ou mais tarde ou mais cedo (...) terão que pagar o preço do abandono a que foram votados, em lutas, sangue e destruições.

A independência de Moçambique é o maior e o mais grave acontecimento da história portuguesa dos últimos cento e cinquenta anos". (Os sublinhados são nossos).

Tudo isto seria cômico, se Portugal fosse uma democracia burguesa em que a situação económica não ameaçasse o regresso ao fascismo.

Mas a verdade é que, por muito que o Conselho da Revolução diga no seu Plano de Acção Política que é permitida uma oposição não-socialista, com a existência legal de jornais como estes, os actuais órgãos do Poder cavam a sua própria sepultura.

Perante posições contra-revolucionárias e fascistas como as que acima vimos, só há uma atitude a assumir: não permitir a existência de publicações que contribuam para a difusão das ideias contrárias ao socialismo e à luta de libertação dos povos das colónias.

QUE ORGANIZAÇÃO NO EXÉRCITO ?

No momento em que, em Portugal a luta de classes avança e se agudiza, como se pode verificar pela radicalização e aumento das lutas dos trabalhadores, necessário se torna conhecer a organização nas unidades militares, que já existe em algumas (com mais ou menos variantes) mas que agora se torna extensiva a todas as Unidades e estabelecimentos militares, através das directrizes emanadas do Gabinete de Dinamização do Exército-Estado Maior do Exército e que vêm autenticadas pelo General Fábão e pelo brigadeiro Pesarat Correia.

Tais directrizes, segundo nos foi informado, não foram tomadas sem a consulta prévia de várias unidades militares que apresentaram as suas propostas or-

LANCEIROS 2

Lanceiros 2, é a unidade da Polícia Militar. Pelas funções que desempenha actualmente tem tido um permanente contacto com trabalhadores em luta, a diversos níveis (ocupações de casas, greves, manifestações).

Num passado recente e a título de exemplo, salienta-se a acção dos soldados e oficiais da P.M. na luta dos TLP em que só muito poucos elementos acedaram em reprimir a luta, mas que vieram a reconhecer, depois que houve precipitação na acção; na luta

organizativas depois de aprovadas em Assembleia.

Tendo tomado conhecimento de várias dessas propostas, parecemos correcto referir a que foi aprovada em Lanceiros 2 como termo de comparação com a proposta final do G.D.E.

Porquê a proposta de Lanceiros 2? Porque se trata de uma proposta de organização que procura modificar a estrutura do Exército. Porque, sem ser arrojada, procura transformar o actual Exército num Exército Revolucionário que não é, no entanto, o Exército Revolucionário dos Trabalhadores. E porque, embora com divergências de fundo importantes, talvez tenha sido a proposta que mais influenciou o G. D. E.

contra os aumentos de tarifas na CP em que chegaram a aconselhar as pessoas a não comprar o bilhete e vieram a apoiar os manifestantes que se bateram, no Rossio, contra aqueles que eram pelo pagamento das novas tarifas. Nesse mesmo dia, durante a onda de boatos, haviam decidido depois de fazer o ponto da situação, colocar-se claramente ao lado das classes trabalhadoras.

Contudo, desde há muito que vinham assumindo na prática essa posição ao acompanharem e apoiarem as ocupações de casas.

PROPOSTA DE LANCEIROS 2 — PREÂMBULO

Foi certamente devido às circunstâncias atrás referidas, que tal proposta saiu da unidade com as posições políticas assumidas no preâmbulo, que diferem substancialmente daquelas definidas no preâmbulo da proposta do GDE, como se verá mais adiante:

1. - A fim de dar corpo à estruturação democrática do Exército, são criadas, no âmbito de estrutura do MFA, vários órgãos de participação em todas as unidades e s-destacamentos, do Continente e Ilhas.

2. - A Sociedade Socialista que se pretende construir exige a participação de todos os que conscientes dos seus interesses de classe vêm nesse objectivo o fim da exploração do homem pelo homem.

3. - O Soldado enquanto indivíduo não integrado no circuito de produção -distribuição não pode abdicar da sua posição de trabalhador fardado e por esse motivo deve estar ligado a uma estrutura de participação que lhe permita adquirir maior e maior influência na decisão e análise crítica colectiva.

4. - A realização séria e consciente de um programa de participação colectiva constitui um decisivo contributo para estabelecer nas F.A. uma hierarquia de competência, alicerçada no reconhecimento das qualidades revolucionárias dos indivíduos, e uma verdadeira disciplina, a qual resulta de uma adesão voluntária e consciente resultante da identificação com os objectivos a atingir.

5. - A criação de órgãos de participação ao nível das F.A. abre a porta à constituição de um Exército Revolucionário que não sendo, nem podendo ser o motor da Revolução pode ser um importante suporte das lutas e consequentes avanços das massas trabalhadoras em ordem à conquista do poder político por parte destas.

6. - No âmbito da sua actividade os diversos órgãos de participação devem aceitar como condições fundamentais:

a) - Os princípios fundamentais da Revolução Portuguesa na base da construção de uma sociedade socialista, entendendo-se esta como:

- A Sociedade onde os trabalhadores detendo o poder político e sendo possuidores dos meios de produção, organizam esta em ordem à satisfação das necessidades das massas trabalhadoras;

- Sendo expressão efectiva do poder dos trabalhadores nada tem a ver com os conceitos e metodologias próprias da Sociedade burguesa nem com um Capitalismo de Estado burocratizado onde se perspetivam novas formas de exploração, dominação e pressão sobre os trabalhadores;

- A sociedade onde existam as mais amplas liberdades menos a de explorar. Aceitar o apertadismo e recusar a tentativa de infiltração e controlo dos partidos.

Decorrendo da opção política feita no preâmbulo a proposta organizativa assenta num ponto fundamental: a Assembleia de Unidade (que reúne todos os

militares pertencentes à Unidade ou Destacamento) é definida como órgão deliberativo de 1.ª instância, ao passo que a Assembleia de Delegados da Unidade é definida como órgão deliberativo de 2.ª instância. Além disso define como missão dos referidos órgãos, para o primeiro, "apreciar e discutir os problemas, internos ou externos, de interesse geral da Unidade ou Destacamento" e para o segundo, além das campanhas de dinamização interna e externa, "equacionar e resolver problemas postos pela auscultação das bases que lhe estão na origem (da ADU)".

Como órgãos intermédios apresenta as Assembleias de Classes (Praças, Sargentos e Oficiais), as quais, para além de discutirem os problemas específicos das classes, têm por

missão eleger os delegados à ADU, não sendo o número de praças presente em caso algum, inferior ao somatório dos das outras classes.

Como "órgão executivo de todas as deliberações da ADU" existe o Grupo Dinamizador da Unidade que constitui também "o elo de ligação permanente entre as Unidades e as Instâncias superiores do MFA."

São definidos também a composição e modo de funcionamento dos respectivos órgãos além de apresentar um Projecto de Estrutura do MFA no Exército, que consiste no seguinte:

(1)

1. - CONSTITUIÇÃO DAS A.D.U.

1.ª Comandante
Oficial delegado do MFA na Unidade
Delegado(s) à AMFA

Representantes eleitos das diversas classes

2. - CONSTITUIÇÃO DAS A.D.R.

Comandante da Região Militar
Comandante das Unidades
Membros das Unidades de região que fazem parte da ADMFA
Membros eleitos pela A.D.U. entre os seus membros e os membros da comissão Inter-Unidades de acordo com os limites a fixar pelo G.D.E.

3. - CONSTITUIÇÃO DA A.D.E.

Membros da ADMFA
Membros eleitos pela A.D.R. de acordo com o número a fixar pelo G.D.E.

A.D.U. - Assembleia de Delegados da Unidade
A.D.R. - Assembleia de delegados da Região Militar.
A.D.E. - Assembleia de delegados do Exército.

Tal projecto viria a ser ratificado na Assembleia do MFA de 8-7-75.



PROPOSTA DO GDE — PREÂMBULO

Se a proposta de Lanceiros 2 se pode classificar de progressista, tal não se pode dizer em relação à proposta do GDE, a qual se poderá considerar na linha do Plano de Acção Política. O facto do GDE ser um gabinete onde se "fabricam" semelhantes coisas é seguramente um factor influenciador. Se o GDE estivesse em contacto directo com os problemas reais dos trabalhadores deste país tal não aconteceria. Mas a tendência para a estabilização é grande e por isso os órgãos burocráticos continuam a sê-lo sem fazer grande coisa para o deixar de ser.

E é pena porque o que fazem é retardar o processo revolucionário apesar das propostas que apresentaram não serem mais do que sucessivos Planos Económicos de Emergência — nascem mortas por falta de inserção na realidade concreta do país, isto é, por não terem em conta a luta de classes e consequentemente por não optarem da maneira clara e firme que se impõe. Apesar de se dizer que «ou estamos com a Revolução ou estamos com a contra-revolução», tal não acontece na prática. Continua a tentar-se a conciliação de classes, o que se até há pouco

tempo era impossível, hoje se tornou num crime, pois favorece a burguesia — a reacção.

Pois a proposta do GDE não foge a esta regra, como se pode ver pelo preâmbulo:

a) - A fim de dar corpo ao MFA em todos os escalões do Exército e em cumprimento dos "Princípios e Linhas de Acção" que o Conselho da Revolução aprovou em 27-3-75 — são criadas, no âmbito das estruturas do MFA, as Assembleias de Delegados do MFA (ADU), em todas as Unidades e seus Destacamentos, do Continente e Ilhas.

b) A representação e direcção do MFA nas Unidades e Destacamentos militares actua em colaboração com os respectivos Comandos, mas não se confunde com eles. As ADU são órgãos de conselho e de apoio do Comando, destinados a auxiliá-lo em problemas que interessam ao cumprimento da missão da Unidade, propondo acções, actividades e a adopção de medidas que contribuam para um Exército deficiente, capaz e democrático ao serviço do povo e da Independência Nacional e capaz de corresponder à sociedade socialista e pluralista que se quer construir.

c) Por inerência, o Comandante é Presidente da ADU. Fazem também parte dela onde existam, os delegados à AMFA e os delegados do MFA na Unidade ou Destacamento, bem como elementos de todas as classes militares.

Assim se garantem, simultaneamente,

te, além da plena representatividade das ADU, um elevado grau de iniciativa como fermentos de inovação no seio do exército e um íntimo contacto com os Comandos, mutuamente benéfico e sem o qual o impulso revolucionário não poderá em definitivo frutificar.

d) Importa porém salientar que ADU de modo algum põe em causa a autoridade e responsabilidade de decisão do Comando. Os Comandantes por seu turno deverão ser os primeiros militantes do MFA, tendo sempre presente que se não pretende restaurar a instituição militar ultrapassada, mas sim criar uma nova, no sentido de se caminhar para um Exército competente democrático e revolucionário posto ao serviço do Povo e capaz de corresponder à sociedade socialista que se quer construir cumprimento da presente directiva contribuirá para fazer das F.A. uma grande força patriótica, democrática e socialista e como tal, um importante suporte das conquistas populares e da Revolução Portuguesa.

e) A realização séria e consciente deste programa de trabalho constitui também um decisivo contributo para estabelecer nas Forças Armadas uma hierarquia de competência e uma verdadeira disciplina a qual resulta de uma adesão voluntária e consciente, e reforçar os laços de amizade, o convívio e franca colaboração de todos os militares sem distinção de posto. Deste modo se levantará uma barreira natural contra todas as manobras tendentes a quebrar a unidade e a coesão das F.A.

g) No âmbito de sua actividade as ADU regem-se:

PROCESSO TAP

ENTREVISTA

A luta dos trabalhadores da TAP é já um longo processo que, tendo sido sujeito às mais diversas calúnias, assume agora novas características, dado que os trabalhadores ameaçam entrar em greve geral no dia 14.

Conversámos com dois camaradas nossos da TAP sobre o que tem sido a sua luta e quais as suas dificuldades:

REV: — A que é devida a greve em que se encontram neste momento os trabalhadores da TAP?

RESP: — Passada que foi a fase de propostas e contra-propostas, meramente salariais, e nas quais os trabalhadores abdicam de 50% da proposta inicial (dado que esta acarretaria um aumento, no fim do ano, de 190.000 contos para as novas tabelas salariais), chega-se ao momento em que os trabalhadores decidem ocupar as instalações, enquanto que a Comissão Administrativa e a Sindical se sentavam à mesa das negociações.

No entanto, a laboração normal foi mantida. Mas a verdade é que se chegou a um impasse, visto que o Ministério dos Transportes e Comunicações mantinha a sua proposta de aumento anual das tabelas salariais no montante de 95.000 contos enquanto que os trabalhadores mantinham a sua que rondava pelos 120.000 contos.

Convém frisar que este aumento de salários apenas atingiria os trabalhadores mais mal pagos, isto é, os que ganham para baixo de 12 500\$00.

REV: — Como é que justificam que o Ministério se mantenha tão firme na sua posição, quando o que está em causa é uma diferença de cerca de 25 000 (120-95) contos para os salários anuais?

RESP: — Aqui temos que considerar o que tem sido a luta de classes na TAP nestes últimos meses. Convém também realçar o controle de determinada força política sobre determinados órgãos dos trabalhadores, como sejam o Secretariado de Delegados Sindicais e a actual Comissão de Trabalhadores.

Realmente estes órgãos, hoje, são controlados por militantes do MRPP, no entanto não se pode considerar que esta organização tenha na TAP uma força de massas, mas que, ao controlar estes órgãos, consegue uma certa maleabilidade de manobra.

Por outro lado, e enquadrado na situação política nacional, gerou-se na TAP uma aliança MRPP, PS e PPD com um único fim- destituir o

ministro Veiga de Oliveira, que é do PC.

Deste modo só alguns elementos do PC é que votaram contra a greve. No entanto, foi nitida a divisão dos militantes do PC neste ponto.

REV: — E que posição têm tido os militantes de organizações de esquerda, mesmo à esquerda do PC?

RESP: — Têm tido uma atitude menos sectária, mas a verdade é que uma das condições indispensáveis para se avançar na TAP com uma organização apartidária de trabalhadores, é que se resolva urgentemente o problema do ACT, que está a entrar o processo.

Isto é, o processo que se tem desenvolvido em torno do ACT tem feito por um lado com que certos serviços "emperrem", pelo que têm de ser reestruturados, por outro lado, durante estes 15 meses, os partidos actuavam em relação à TAP como autênticos abutres o que nada contribui para o reforço da organização autónoma e apartidária.

Hoje, de resto a população da TAP começa já a rejeitar os partidos.

REV: — Contudo, parece-me importante que refiram, apesar da aliança oportunista entre o MRPP, PS e PPD, se a massa dos trabalhadores apoia de facto as reivindicações do ACT?

RESP: — Claro que sim, e por isso votam a favor da greve. E quando se vota pela greve não se apoia o MRPP, o PS ou o PPD, mas sim a justiça das reivindicações.

Neste momento, nota-se a necessidade de mobilizar todos os trabalhadores da TAP e consciencializá-los da sua posição na sociedade; isto porque na TAP existem diversos extractos de classe- grande número de pequena burguesia e mesmo alguma média burguesia e aristocracia trabalhadora, inclusivé, que torna uma unidade de produção com características muito especiais, dado que em 7.000 trabalhadores apenas 1.900 são operários (se incluimos aqui os metalúrgicos); o pessoal dos serviços anda pelos 3.500, sendo o restante pessoal navegante.

Contudo, agora começam-se a vislumbrar condições para os trabalhadores se organizarem autónoma e apartidariamente, sob a direcção da classe operária, única maneira de se resolverem os problemas da TAP.



RETROSPECTIVA

• JULHO-AGOSTO DE 1970

A luta dos trabalhadores dos TAP já vem de 1970, altura em que foi negociada nas suas costas o ACT que trouxe chorudos aumentos para os trabalhadores mais privilegiados.

• JULHO 1973

"Por reivindicarem o direito de reunião e encurtamento do leque salarial existente, sofreram os Trabalhadores TAP uma das mais duras repressões das muitas que a classe trabalhadora tem sido vítima neste país (invasão das instalações e locais de trabalho pela polícia de choque com agressões, tiros e feridos graves.

Esta data representa um marco histórico na luta dos trabalhadores, pois ao não arredarem pé e entrando em greve, fizeram com que as forças repressivas se retirassem.

MAIO-SETEMBRO DE 1974

Após o 25 de abril os trabalhadores TAP expulsaram a Administração fascista.

Foi nomeada uma Comissão Administrativa pelos trabalhadores e pela Junta de Salvação Nacional.

A acção desta Comissão Administrativa foi boicotada pela Banca e pelo Governo. Mais tarde os próprios trabalhadores reconheceram não ser possível na sociedade capitalista a prática de auto-gestão.

É assim que surge o caderno reivindicativo dos operários da manutenção, no qual se reivindica:

- Sanearamento
- Congelamento de salários acima de 16 000\$00
- Apuramento dos responsáveis criminosos pelos acontecimentos

de Julho de 1973

d) Redução para, 40 horas no horário de trabalho dos sectores que ainda praticavam 44 horas.

Expirado o prazo para a satisfação das reivindicações exigidas, a repressão volta às instalações TAP nas formas seguintes:

- Mobilização (militar) dos trabalhadores
- Ocupação militar com todo o aparato bélico
- Coacções com armas apontadas aos trabalhadores
- Prisão, de trabalhadores e afastamento compulsivo dos locais de trabalho

e) Suspensões e despedimentos de cerca de 200 trabalhadores que se opunham às próprias armas

f) Passividade e cumplicidade das Direcções Sindicais neste processo

g) Mentiras por parte de certos elementos do Governo (como Sanches Osório ex-Ministro, Joaquim Ferreira de Lima secretário de Estado e Euénio Rosa técnico do Ministério do Trabalho

h) Grandes calúnias por parte da informação e de certos partidos que dizem estar ao lado dos trabalhadores.

MARÇO-1975 - SITUAÇÃO ACTUAL

Decorridos 8 meses de negociações do ACT e esgotadas todas as possibilidades de acordo para a sua conclusão, nada mais resta aos trabalhadores dos TAP senão avançar para formas superiores de luta com vista a:

- Sanearamento
- Apuramento dos responsáveis de Julho-73
- Eliminação das horas extraordinárias

d) Fiscalização de actos de sabotagem económica

e) Levantamento das sanções militares aplicadas a trabalhadores

f) Não permitir despedimentos

g) Reivindicações salariais com base na fórmula atrás referida.

Deste modo, o Plenário Geral do dia 10 de Março de 1975 decide a concentração para o dia seguinte, das 10 às 12 horas, junto ao edifício da administração; previa-se igualmente greve geral a partir das zero horas de 5.ª-feira, 13-3-75, o que não veio a acontecer devido aos acontecimentos do 11 de Março.

• JUNHO-JULHO DE 1975

O plenário reunido no dia 6 de Junho aprova uma concentração de trabalhadores, por ocasião da reunião entre a Comissão Sindical e a Comissão Administrativa.

Entre os dias 24 e 27 de Junho as Comissões Sindical e Administrativa estão em reunião permanente.

No dia 27 o plenário geral de trabalhadores decidiu alterar carácter permanente das reuniões a fim de se poder tratar do assunto ACT directamente com o Primeiro Ministro, com o fim de solucionar de vez o assunto ACT.

Saturados de todo o tipo de promessas e de tantas alterações, que uma diferença de 25 000 contos anuais entre a nossa proposta e a do governo não justifica, os trabalhadores da TAP, reunidos em 4-7-75 decidiram aprovar a greve progressiva até segunda-feira, dia 14 de Julho às 8 horas, altura em que iniciará a greve geral que, todavia, não abrangerá os voos para África.

DA SITUAÇÃO POLÍTICA A RUPTURA IMINENTE

1 — O caso da Rádio Renascença e o seu significado

Os últimos dias da vida portuguesa têm sido ricos de ensinamentos no sentido de se ver até onde vai a crise do actual poder, assim como os acontecimentos verificados foram poderosos factores de aprofundamento dessa mesma crise.

Citemos um dos mais significativos: o Governo e o Primeiro Ministro haviam decidido retirar a Rádio Renascença aos trabalhadores, mesmo que para tal tivessem de recorrer à força. Tratava-se de entregar a Rádio Renascença ao Patriarcado reaccionário, fazendo-se mais uma negociata nas costas dos trabalhadores. Mas as classes trabalhadoras e as forças progressistas não estiveram pelos ajustes, manifestando-se com firmeza nas empresas e nas ruas e o Conselho da Revolução teve de recuar. Esta foi uma importante vitória conseguida pelas massas trabalhadoras e exploradas deste país. Ela é um sinal dos tempos que correm e sem um profundo significado, a classe operária, as massas trabalhadoras e os militares revolucionários, que durante as últimas décadas travaram uma luta corajosa e firme contra o fascismo e a exploração capitalista, ao mesmo tempo que combatem para uma informação revolucionária, mostram não estar dispostos a submeter-se a este poder contraditório e burguês.

A vitória dos trabalhadores por-

tugueses no caso da Rádio Renascença foi além de uma profunda derrota para a reacção, um marco importante na luta por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras, assim como um passo no sentido da Revolução Socialista.



2 — Manobras e desvarios

A burguesia, que ainda recentemente havia tremido com a força e a maturidade política da classe operária, demonstrada pela organização, disciplina e objectivos visados pela grande manifestação levada a cabo pelos Conselhos Revolucionários, conseguiu, num dos seus últimos estertores, dar à luz um comunicado, o famigerado PAP, que consagrou no papel o poder das estruturas burguesas e a garantia de suficiente margem de manobra indispensável à defesa

dos interesses das classes exploradoras.

Quando vemos essa mesma burguesia (através do PPD e do PS) apoiar ostensivamente a luta dos trabalhadores da TAP (e não estamos a pôr em causa a justeza da luta destes trabalhadores) temos de pensar seriamente naquilo que ela pretenderá. Não será uma manobra, ligada ao facto de o PC tradicionalmente ter caluniado e combatido a luta destes trabalhadores?

3 — Os boatos e a ruptura iminente

As poderosas movimentações de massas, assim como o vigor e o conteúdo das lutas ultimamente travadas pelas classes trabalhadoras e pelos militantes revolucionários alarmaram a reacção, os órgãos do poder e os reformistas que se sentiram a perder o COMBOIO: Os boatos desencadeados na 6.ª feira em todo o país são um dos sintomas do alarme do reformismo e simultaneamente uma manobra visando estoirar com a manifestação de massas desse diando também aos vilitares que eles (reformistas) representavam uma força a não desperdiçar quando se der a necessária ruptura. Isto revela a existência de partidos que se preocupam mais com uma acção a nível de certas instâncias políticas do que na séria resolução dos problemas concretos que hoje

se colocam à sociedade portuguesa.

Por um lado, a profundidade da crise económica e política, por outro lado, as dezenas de milhares de trabalhadores e revolucionários que nas fábricas, nos campos, e nas ruas, têm vindo a lutar firmemente por melhores condições de vida, por uma informação revolucionária, pelo julgamento revolucionário dos pides, por um Governo Revolucionário Apartidário, pelo poder dos trabalhadores, são a garantia de que o processo revolucionário avançará, de que as teses social-democratas e reformistas não têm nenhuma viabilidade neste país e de que a ruptura está iminente.

O Secretariado Político do PRP-
-BR



SAPEL

Trabalhadores Ocupam Instalações

Os trabalhadores da SAPEL de Setúbal (fábrica de pesticidas e adubos — capital belga) ocuparam as instalações e retiveram nas instalações fabris o administrador, sr. Marc Velg e um membro da direcção-geral da empresa (ponto que a burguesia nacional e internacional com a sua imprensa aproveitaram para dizer mais uma vez que isto está na "anarquia") devido aos seguintes factores:

— Prolongadas ausências da administração adiando as decisões de carácter prioritário no desenvolvimento da empresa.

— Tentativa da administração de transferir 11.000 contos para a sede em Bruxelas, ao mesmo tempo que diziam veladamente aos trabalhadores que naturalmente não havia dinheiro para pagar os salários de Julho e de Agosto.

— Saneamento do secretário

geral dr. Manuel Esquivel (ex-governador Civil de Setúbal e de Faro e ex-delegado no Instituto Nacional de Trabalho)

Recusa da administração em eliminar gastos supérfluos

Marginalização da empresa na programação do sector adubeiro, tanto a nível técnico como a nível de trabalhationalização do sector adubeiro, para perfeita programação e desenvolvimento do sector.

Falámos com a comissão de trabalhadores, em que um elemento porta-voz nos diz:

— Isto faz parte da luta contra o capitalismo em que só uma decisão firme de todos nós, e a C.T. não é mais que todos os trabalhadores, cumprindo simplesmente as ordens e as decisões de todos os

trabalhadores, poderá vencê-lo

REV: O que pensam acerca da possibilidade da nacionalização da empresa?

C.T. — Não pensamos ainda na nacionalização, porque primeiro a nacionalização de uma empresa estrangeira está posta de parte pelo Governo (em princípio). Se fosse uma empresa com metade (ou mais ou menos) capital português não havia problemas.

Para já o que nos interessa é um delegado do governo na empresa, mas que não seja uma mera figura de prateleira.

REV. Qual o objectivo de um delegado do Governo na empresa?

C.T. — Precisamos de um indivíduo que se imponha perante a administração para que esta cum-

pra a sua função em face das necessidades da empresa para que o trabalho não falte e que esta contribua para a economia nacional.

Esta empresa é muito importante para a agricultura, pois somos os primeiros produtores de pesticidas e os segundos de adubos. É ao Governo que compete tomar providências e isso é nomear um delegado para a empresa.

REV. — Tem havido participação dos sindicatos ou dos partidos nesta luta?

C.T. — A luta até agora tinha sido pacífica, só agora é que resolvemos que a luta não fosse pacífica, e decidimo-lo porque nunca mais se resolviam os problemas.

Em relação aos sindicatos e partidos nós dizemos que se metam

no assunto o menos possível.

Eu sou delegado sindical e militante de um partido, mas ao entrar na fábrica só uso o meu cartão quando necessário e o emblema fica lá fora.

Continuando, o mesmo elemento afirma:

— Se por acaso vier aqui o COPCON para nós deixarmos ir embora os administradores (apesar deles estarem numa casa com 22 divisões e 6 casas de banho) nós dizemos: "Vocês não levam daqui os homens, e se for preciso deitamo-nos à frente dos chaimites".

Talvez nessa altura a gente precise de solidariedade de toda a gente, no entanto neste momento pedimos aos partidos que nos deixem orientar a nossa luta.

Núcleo de Setúbal do PRP-BR

REPÚBLICA A VITÓRIA

REPÚBLICA. POR UMA INFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA

2 DE MAIO DE 1975

Em reunião geral de trabalhadores (RGT) foi deliberada a formação de uma Comissão Coordenadora de Trabalhadores (CCT) com a incumbência de dialogar com a administração e direcção resolver, sobretudo, o problema do conteúdo ideológico do jornal.

Desta forma procuravam os trabalhadores resolver os conflitos que constantemente surgiam no jornal: censura interna, "furos" ao caderno reivindicativo, pressões no sentido de levar os trabalhadores a demitirem-se (jornalistas foram 14), descida vertiginosa da renda do jornal, péssima situação económica, decréscimo de assinantes (2.000), protestos dos leitores, não publicação de cartas dos leitores, arbitrariedade na publicação de artigos, escolha de colaboradores eventuais e sobretudo descarada e comprometedora feição partidária.

19-5-75

Conflito agudiza-se quando a CCT decidiu por maioria dos trabalhadores sugerir à direcção e à chefia da redacção que apresentassem os respectivos pedidos de demissão.

A partir desse momento o PS desencadeou uma campanha a nível nacional e internacional contra os trabalhadores do jornal "República" identificando a sua luta como uma manobra do PCP, apoiando-se na pequena burguesia anti-comunista e nos órgãos de imprensa internacional não hesitando em caluniar os trabalhadores para avançar na sua luta pelo controle dos órgãos de informação e do aparelho de estado.

20-5-75

O COPCON por proposta da administração sela o "República", na sequência das conversações entre esta e o Ministro da Comunicação Social, interessado sobretudo no cumprimento da Lei da Imprensa.

22-5-75

Os jornalistas do "República" dão uma conferência de imprensa em que agarrando-se ao texto da Lei de Imprensa, que consideram

revolucionário mostrando-se assim mais legalistas que o próprio ministro da Comunicação Social, caluniaram a luta dos trabalhadores e arvoraram-se em defensores «de direito» da liberdade de informação, tentam transformar a luta num conflito exclusivamente partidário enquadrando-se claramente no plano PS.

30-5-75

A administração do "República" recusa-se a pagar os salários aos trabalhadores do período que vai desde o encerramento das instalações do jornal, que tinha sido mandado pagar pelo Ministério do Trabalho.

31-5-75

O Presidente da República reúne em Belém com membros do C. da R., dos ministérios do Trabalho e da Comunicação Social e com Raul Régo e Gustavo Soromenho numa tentativa de solucionar o conflito, que não resulta.

7-6-75

Segundo um comunicado do C. da R. o jornal "República" vai reabrir por decisão deste, logo que a administração o solicite, não

serão admitidos saneamentos da administração, direcção e redacção como tem sido reivindicado pelos trabalhadores, nem serão admitidas transferências de trabalhadores conforme a administração tem exigido.

16-6-75

A administração declara não aceitar a desselagem do jornal dizendo não aceitar as garantias dadas pelo COPCON.

17-6-75

O "República" é desselado sendo uma das chaves entregue a CCT.

Neste mesmo dia milhares de operários numa manifestação promovida pelo Secretariado Provisório Pró-CRTSM desfilam em volta do jornal «República» solidarizando-se com a luta dos trabalhadores por uma Informação Revolucionária ao serviço da Classe Operária.

27-6-75

Os trabalhadores do "República" fazem o ponto da situação: Após selagem do jornal em 20 de Maio começava o novo período de luta, em que de um lado estavam 153 trabalhadores e do outro 24 (administradores, directores e a maioria dos redactores). - A luta desenvolveu-se em várias frentes: contra calúnias da cúpula do PS; contra a morosidade dos poderes constituídos; contra a campanha de pressões a nível nacional (governamental) e internacional (imprensa e forças económicas e políticas); contra as dificuldades resultantes de que os únicos meios de que dispõem serem o seu braço de trabalho e nada mais; contra a incompreensão de certo sector da informação, que não abandonando o seu partidarismo sectário não aceitou que se viesse a clarificar muita coisa que se passa neste país no sector da informação.

Os trabalhadores denunciam que o C. da R. ouviu directa e oficialmente os administradores, director e chefe de redacção e os trabalhadores nunca foram convocados para serem ouvidos, apenas conseguiram que as suas razões fossem ouvidas pelo COPCON que as levou ao C. da R. Os trabalhadores já foram ouvidos por membros do D. da R. a título pessoal.

Numa RGT através do major Dias Ferreira o C. da R. pedia desculpa por não ter recebido até àquela data os trabalhadores e ter recebido primeiro os representantes da Administração, redacção e direcção, vindo a cometer o mesmo erro. O pPrimeiro-Ministro manifestou também a sua simpatia pela luta dos trabalhadores, pedindo-lhes para que não desistissem e continuassem unidos.

1-7-75

Reunião no Centro de Sociologia Militar com a presença de representantes da CCT, da administração, redacção e direcção, militares como moderadores.

Estas negociações entram num novo impasse, devido à posição intransigente da entidade patronal de recusar a participação dos trabalhadores no estatuto editorial.

8-7-75

Em RGT os trabalhadores decidiram publicar o "República" sob a sua responsabilidade.

10-7-75

De madrugada o C.R. decidiu nomear uma Comissão Administrativa composta por militares entre eles o coronel Pereira de Carvalho. Na tarde desse mesmo dia publicava-se o jornal República, no qual os trabalhadores esclarecem "contrariamente ao estabelecido pelos trabalhadores surge no cabecalho "director: Pereira de Carvalho" em vez de "sob a responsabilidade dos trabalhadores" "Porém, a responsabilidade da feitura do jornal mantém-se por parte dos mesmos".

"A alteração deve-se ao facto de termos assumido uma posição firme que levou o C. da R. a irformar-nos, esta madrugada da nomeação de uma comissão Administrativa que viria a apresentar-se no jornal algumas horas depois.



DA CLASSE OPERÁRIA

VITÓRIA DA REPÚBLICA VITÓRIA DA CLASSE

A luta dos trabalhadores da "República" e o seu desfecho vitorioso é um dos processos mais exemplares que nos foi dado conhecer pela sua forma autónoma e apartidária, e pelo impacto que provocou junto das amplas massas trabalhadoras, mobilizando a classe para a defesa de uma imprensa independente do poder político-partidário e económico.

Mais do que perder um jornal que era considerado como seu pela cúpula do PS, a luta que se travou entre os trabalhadores e o bloco administração-direcção redacção, foi um reflexo da agudização da luta de classes, opondo as forças apoiadas pela Social-Democracia e imperialismos internacionais ao avanço da organização unitária de base dos trabalhadores que, controlando os órgãos de informação até agora nas mãos da burguesia lhe arrebatou um dos seus mais poderosos suportes ideológicos.

A informação nas mãos dos trabalhadores é já um embrião do que será o futuro poder proletário em que a classe detém toda a produção, planificando-a e gerindo-a, porque a produção só à classe pertence, tendo-lhe sido até agora alienado o produto do seu trabalho pela burguesia exploradora, encapotada ou não com falsas vestes democráticas ou socialistas.

A tentativa de desvirtuamento da luta pela burguesia, tentando dar-lhe uma feição partidária, foi desmascarada pela mobilização dos trabalhadores, que vieram para a rua defender aquilo que lhes pertencia, apesar da multiplicidade das opções ideológicas que cada um professava.

O PS agitou o espantinho do Comunismo e da ditadura, o que lhe valeu o apoio das forças mais reacçãoárias internas e externas. Não é por acaso que os partidos e imprensa de direita em Portugal se colocaram decididamente ao lado do PS, não é por acaso que os grandes meios de informação ligados ao capital e ao reacçãoarismo internacional consideraram o PS como um dos seus iguais, acarinhando-o e prometendo auxiliar as forças "democráticas" na sua defesa da Liberdade (ao serviço de quem?) de imprensa, na defesa do pluralismo, na manutenção do sistema de classes em que os exploradores têm a liberdade de ensaiar novos métodos mais subtis de exploração, para que a burguesia continue a dominar como até aqui, ao serviço dos seus amos imperialistas.

A vitória dos trabalhadores da República é mais uma vitória dos explorados rumo à Revolução Socialista.

MENSAGEM AOS TRABALHADORES DO REPÚBLICA

Camaradas:

Saudamos e apoiamos com firmeza a vossa justa luta. Ela não é apenas a luta dos trabalhadores do República; insere-se na luta da classe operária e das massas trabalhadoras portuguesas por uma informação revolucionária e pela tomada e exercício do Poder pelo proletariado.

Cada operário dos muitos que vos apoiam vale mais para o avanço do processo revolucionário em Portugal do que toda essa canalha burguesa que vos contestou.

A vossa luta e o vosso exemplo desempenha um papel relevante no sentido da organização autónoma das classes trabalhadoras e da conquista e exercício do poder pelo proletariado.

**VIVA A JUSTA LUTA
DOS TRABALHADORES DO REPÚBLICA**

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

VIVA A DITADURA DO PROLETARIADO

Secretariado Político do PRP-BR
9-7-75



PROPOSTA – REPÚBLICA

Considerando o impasse criado nas negociações para a solução do conflito que opõe trabalhadores e administração do "República";

Considerando que o respeito e defesa dos interesses do MFA e do povo português, os trabalhadores esperaram o tempo mais do que necessário sem que se vialumbrasse uma decisão por parte dos sectores responsáveis deste país;

Considerando que é necessário provocar uma nova situação que leve alguém a debruçar-se em definitivo sobre o problema em questão;

Considerando que os trabalhadores não estão dispostos a esperar indefinidamente;

Considerando o respeito que os trabalhadores do República têm por todos quantos até hoje deram o seu apoio à sua luta e que guardam uma tomada de posição rápida;

Propõe-se:

1 - que se faça publicar o jornal "República" imediatamente, sob a responsabilidade dos trabalhadores;

2 - A comissão coordenadora juntamente com os jornalistas que estão do seu lado se debrucem para encontrar a forma prática de fazer o jornal e posteriormente elaborarem o estatuto do mesmo (respeitando as sugestões dos restantes trabalhadores) a fim de ser discutido e aprovado em plenário, correspondendo assim à responsabilidade assumida pelos trabalhadores na defesa dos interesses de todos os trabalhadores portugueses;

3 - Que no cabeçalho surja, em vez de "Direcção", "sob a responsabilidade dos trabalhadores".



C.R.T.S.M. — SIDERURGIA

C.R.T.S.M. — PORTIMÃO E LAGOA

COMUNICADO

Na sociedade primitiva não havia propriedade privada, a tecnologia e ciência não existiam, os homens produziam apenas para o seu próprio sustento, não havia diferenciação social e a sociedade não estava dividida em classes. Era uma sociedade de carências em que facilmente os homens sucumbiam, pois o domínio sobre a natureza e as riquezas naturais não existia. Todos os homens produziam, todos os homens tinham as mesmas necessidades.

A partir do momento em que a produtividade do trabalho aumentou, em que o homem deixou de produzir o absolutamente necessário para se manter e começou a haver um excedente, abriu-se a luta para a posse desse excedente. Logo que uma parte da sociedade se apoderou desse excedente, passou a haver uma classe que produz para se manter e uma classe que não tem necessidade de trabalhar para se manter. Esta última classe, que se pode chamar dominante possui os meios de produção e compra ou aluga a força do trabalho da classe que nada tem a não ser os seus braços.

Uma parte do trabalho dos operários é para o seu próprio sustento — é o seu salário — é o TRABALHO NECESSÁRIO. Uma outra parte que serve para sustentar a classe dominante chama-se o EXCEDENTE DE TRABALHO.

Quando o operário realiza excedentes de trabalho produz SOBRE PRODUTO SOCIAL. O patronato apropria-se do sobreproduto social, quer sob a forma de produtos naturais, quer sob a forma de mercadorias destinadas a serem vendidas, quer sob a forma de dinheiro. A MAIS-VALIA é a forma monetária do sobre-produto social.

Supunhamos que um operário ganha 150\$00 por dia. Ele nunca produz um valor de 150\$00 ou menos por dia, pois senão o capitalista não teria interesse em investir o seu capital. Ele produz muito mais de 150\$00 por dia o que vai permitir ao patrão, pagar o desgaste das máquinas, cobrir despesas com matérias primas ou outras quaisquer despesas e ainda por cima encher-lhe a barriga, aumentar-lhe o crédito e a conta bancária e aumentar-lhe o poder.

Portanto na nossa actual sociedade a força do trabalho do operário cria um valor, que não pertence ao operário mas sim aos possuidores das matérias primas, das máquinas e dos instrumentos. É claro que as matérias primas são um produto da natureza e como tal deviam ser per tença de todos nós e as máquinas e os instrumentos são produzidos por outros trabalhadores.

Podemos dizer que a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo operário e o valor da sua força de trabalho. O preço que um capitalista atribui à força de trabalho de operário varia, mas é regra geral um valor que serve para manter e reproduzir um operário, isto é, que serve para a manutenção de um explorado e para a formação de um novo explorado, seu filho.

Em Sociedade Socialista, cada um ganha segundo o que produz, a propriedade privada não existe. A produção e distribuição das mercadorias são geridas pelos operários e não existe a canalha que se apropria do excedente do trabalho.

A Sociedade Socialista, assim como a ditadura dos explorados sobre os exploradores de hoje, não se decretará nem se negará. Será o proletariado de hoje que organizado, armado com o apoio dos militares revolucionários, revolucionariamente a conquistar.

COMISSÃO DINAMIZADORA DOS
CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS NOS CONCELHOS
DE PORTIMÃO E LAGOA

Julho de 1975

COMUNICADO DOS CRTSM DA SIDERURGIA

Camaradas: Como é do conhecimento geral dos trabalhadores desta empresa, o comício sobre os CRTSM (Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros) foi provocantemente boicotado. Supomos que todos os camaradas adivinham a que facção política pertencem tais boicotadores. A finalidade do boicota resume-se apenas em tentar tudo por tudo para que os trabalhadores não sejam esclarecidos, numa palavra, para que continue a manipulação burguesa e partidária sobre as classes trabalhadoras. O domínio global dos trabalhadores se mantenham como estão, divididos e sujeitos aos mesmos caciques que antes do 25 de Abril.

PORQUE É QUE NÃO HOUE
PLENÁRIO

Mas narremos os factos. O Plenário estava marcado para as 16 h do dia 26 no salão do Clube da S. N. O salão tinha sido pedido e cedido antecipadamente pela direcção do Clube, oralmente. Ficámos deveras espantados ao ver que nas portarias da fábrica apareceram cartazes anunciando o plenário para as 18 h, colocados pelo Eng. Braga, sem que os restantes elementos da direcção do Clube tivessem conhecimento do facto.

Concluimos, portanto, que a sua actuação é puramente reaccionária embora saibamos que a sua atitude se deveu sobretudo a pressões exercidas por determinadas forças políticas, forças essas que, durante todo o dia, bombardearam COTRA com telefonemas para que o plenário fosse impedido.

Lamentamos é que essas forças não tivessem usado da sua influência para impedir que esse mesmo salão servisse a partidos fascistas como o CDS e o PPD. Não será muito mais importante que os trabalhadores sejam esclarecidos sobre os vários processos de organização autónoma?

Perante a situação, o grupo dinamizador da organização autónoma da classe operária em C.R.T.S.M. da S.N., após conversa com pessoas convidadas, decidiu adiar o plenário para data a anunciar.

QUEM TEM DO DOS C.R.T.S.M.

Quem tem medo dos CRTSM? Porquê? O que são os CRTSM?

Os CRTSM são organismos das classes trabalhadoras - apartidários e democraticamente eleitos - destinados à conquista e exercício do poder pelo proletariado. É seu objectivo transformar radicalmente as estruturas económicas, políticas e sociais, todas as riquezas deste país ao serviço das classes trabalhadoras e do povo em geral. Resumidamente, os C.R.T.S.M. serão os órgãos do futuro poder dos trabalhadores, da futura democracia proletária.

Surgiram num momento em que ao fim dum ano da queda do fascismo a situação se encontra num impasse: a situação económica não tem saída dentro do capitalismo; os trabalhadores estão enjoados de lutas partidárias; nas empresas o caciquismo está intacto; elementos reaccionários continuam em postos chave; as estruturas orgânicas são as mesmas; a direita organiza-se.

A tudo isto os CRTSM darão combate para libertar a sua classe.

Quem tem medo dos C.R.T.S.M. é a burguesia, aqueles que detêm determinados privilégios e alguns trabalhadores que se deixaram enredar no fogo partidário.

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO APARTIDÁRIO
PELA DITADURA DO PROLETARIADO

Secretariado Pró-Conselhos Revolucionários da Siderurgia Nacional

DESVERGONHA SEM LIMITES

Há uns senhores que dão pelo nome de PCP-ML e que, nas eleições burguesas votaram no PS para salvar a "democracia". Os seus escritos e a sua actuação representam para a classe operária e para os militantes revolucionários que os conhecem uma posição ridícula além de contra-revolucionária.

Citemos algumas passagens de um recente texto de (2-7-75) do secretariado deste "partido":

"O PCP-ML apoia a política de

independência nacional definida pelo MFA no seu Plano de Acção Política. Foi para afirmarmos esta posição que nos integrámos na manifestação de 23 de Julho.(1)

"... Os laços de Brejnev firmem estar de acordo com o Plano do MFA e ao mesmo tempo, orquestrando os seus apêndices esquerdistas, tudo fazem para lançar o descrédito sobre o MFA para precioná-lo a mudar de rumo, para impedi-lo de pôr em prática a política definida no Plano.

"...Apoio ao MFA na construção de um estado independente que se baseie: na aliança com o Terceiro Mundo e Países do Segundo Mundo (2), contra o imperialismo e o hegemonismo das duas superpotências, para a defesa da independência Nacional e da paz mundial; na aliança do MFA com todas as forças que se opõem ao social-fascismo e ao fascismo, para a defesa da democracia no reconhecimento do direito da classe operária e do povo trabalhador à

sua independência política e cultural, tomando medidas concretas para a melhoria das suas condições de vida.

Reforço da autoridade democrática, pondo termo à anarquia, à situação de constante ultrapassagem e sabotagem das leis e decisões governamentais, que só favorece o social-fascismo e o fascismo.

"...Organização do poder local e regional com base em estruturas municipais de facto unitárias e an-

ti-imperialistas, formadas por representantes eleitos democraticamente. De "eleições" à Salazar já estamos fartos!

"Elaboração de um plano de construção de uma economia nacional independente que impeça a desorganização da economia e que assegure a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

(1) - Aquela em que participaram o PS, o PPD e o CDS.

(2) - Os países capitalistas.

CABO VERDE INDEPENDENTE

INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE TELEGRAMA DE SAUDAÇÕES

PAIGC
CIDADE DA PRAIA
CABO VERDE

Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias saudou fraternalmente PAIGC, vanguarda povos Guiné e Cabo Verde afirma incondicional solidariedade povo Cabo Verde primeira hora seu. Como sempre realizamos solidariedade prática stop. Próprias condições concretas irmanam nossos povos suas Revoluções e luta contra o imperialismo stop. Solidariedade internacionalista forja força contra imperialismo stop. PRP-BR apoia unidade Guiné-Cabo Verde por responder interesses povos e existência histórica.

Secretariado Político do
PRP-BR

Desde o passado dia 5 que o povo do arquipélago de Cabo Verde passou, através da sua vanguarda revolucionária de luta - o PAIGC - a exercer a soberania sobre o seu país.

Cabo Verde independente é a primeira ex-colónia portuguesa que alcança a independência sem que, no seu território se tenha desenrolado a luta armada de independência nacional. Todavia, este facto em nada diminui ou põe em causa a luta que o povo caboverdiano tomou, ao longo de 5 séculos, contra o colonialismo português.

Quando os portugueses chegaram em 1456 às 10 ilhas que, situadas a 500Km da costa do Senegal, constituem o arquipélago de Cabo Verde, encontraram-se perante ilhas não povoadas, desertas portanto, e mediocramente favorecidas pela natureza. Dado que muitas das ilhas são montanhosas e impróprias para a agricultura, e dado que as chuvas são raras e irregulares, só as encostas orientadas ao vento alísio - o qual se carregou de humidade ao passar por cima do mar - são favorecidas pelas chuvas.

A maioria da população Caboverdiana é de origem africana e provém da Guiné, onde foi arrancada pelos negociantes portugueses de escravos, para trabalhar nas plantações de tabaco, café, cana-de-açúcar, etc. Os elementos de origem portuguesa misturaram-se rapidamente com a população africana, e integraram-se nela.

A grande dureza do trabalho e a mediocridade das condições naturais fez com que muitos milhares de caboverdianos se vissem na contingência de emigrar, seja para o Brasil, seja para o Senegal (cerca de 10.000 em Dakar), para a Guiné, para os Estados Unidos ou como aconteceu na última meia dúzia de anos, para Portugal.

Isto é, quer pelas condições tremendamente repressivas do

colonialismo português, quer pelas condições naturais que o regime de propriedades de terras estabelecido e mantido pelos portugueses mais não fazia que agravar, o povo caboverdiano tem sentido bem ao longo dos 5 séculos de existência o que é a dominação do homem pelo homem.

Dai que, e dadas as ligações (histórica e culturais) com o povo guinéu, tenha reconhecido como sua vanguarda de luta o PAIGC - partido fundado em 19 de Setembro de 1956, em Bissau, por um punhado de 6 heróicos batentes, dos quais é justo salientar AMÍLCAR CABRAL, grande revolucionário que consagrou a sua vida à libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde, assassinado pelas forças colonialistas e imperialistas, com o fascista Spínola à cabeça.

Muito haveria a dizer sobre a imensa obra, quer no campo político quer no desbravar de importantes conceitos teóricos, que Amílcar Cabral produziu.

No entanto, neste momento em que Cabo Verde assume a sua independência no meio de uma situação económica terrivelmente difícil, preferimos transcrever do Manual Político do PAIGC, as seguintes passagens sobre:

POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE CABO VERDE

"A população caboverdiana, dizimada pela fome está sempre à mercê das perdas "crises agrícolas" e submetida à "deslocação" de milhares dos seus filhos como "trabalhadores contratados" para as plantações portuguesas das outras colónias. O desemprego atingiu limites catastróficos principalmente em S. Vicente, onde centenas de operários foram licenciados pelas companhias inglesas..."

"A emigração massiva claudesquina para o Senegal é uma prova

evidente da situação desesperada na qual o povo de Cabo Verde é obrigado a viver. Esta situação, comparável à da Guiné, tornou-se muito dificilmente suportável com a acentuação da repressão policial.

De facto, os colonialistas e a sua dominação são a única e verdadeira causa do atraso e da miséria que existem em Cabo Verde. Os colonialistas falam constantemente da pobreza de Cabo Verde, para tentarem justificar o abandono a que votaram o povo das ilhas. Mas a realidade é outra: há muitas riquezas não aproveitadas em Cabo Verde e outras que não são utilizadas em benefício do próprio povo caboverdiano. Por exemplo, a cultura da cana e a indústria do açúcar dela resultante não se desenvolvem, em primeiro lugar para não fazer concorrência à mesma indústria na ilha da Madeira (Portugal) e em segundo lugar para não fazer concorrência à mesma indústria companhias coloniais de capitais portugueses instaladas em Angola e Moçambique.

A indústria da pesca não se desenvolve para não fazer concorrência à mesma indústria em Portugal. Não se exploram as águas minerais, principalmente as de S. Antão e as da Brva, porque a sua excelente qualidade poria em risco



as existentes em Portugal. O algodão de Cabo Verde, que nasce espontaneamente em quase todas as ilhas, desapareceu porque os colonialistas portugueses tinham mais vantagem em desenvolver o algodão de Angola e Moçambique onde podem recorrer ao trabalho forçado. A confecção de panos desapareceu por falta de produção à indústria de fição e de tecelagem, embora no passado Cabo Verde tivesse chegado a exportar panos para vários pontos de África e mesmo para Portugal. Houve tempo em que as laranjas e as tangerinas da Cidade Velha se exportavam para a Inglaterra. Em consequência da continuidade da dominação colonial portuguesa e do seu desprezo pelo nosso povo,

certas culturas, como por exemplo o café de S. Antão, de S. Nicolau, de Santiago e do Fogo considerado como um dos melhores do mundo, foram perdendo o seu valor económico, pela diminuição constante das quantidades produzidas.

As culturas agrícolas de Cabo Verde: tais como o milho, o feijão, a mandioca a batata doce e outras mais ricas, como o café, a purgueira, ricino, a cana-de-açúcar, só poderá ser devidamente aproveitadas, melhoradas e desenvolvidas quando o nosso povo for livre e o único senhor do seu próprio destino.

Uma reforma agrária em Cabo Verde, que o nosso partido realizará, de acordo com o seu programa, permitirá obter um maior rendimento na agricultura e dar a terra a quem a trabalha mas que, sob a dominação colonial, dela pouco ou nada beneficia. Só a conquista da nossa independência nacional e a expulsão definitiva dos colonialistas do solo sagrado da nossa terra poderá criar as condições para o desenvolvimento do país.

"...Além das possibilidades agrícolas já referidas, certas culturas, hoje já praticamente esquecidas, poderão renascer e desenvolver-se, como por exemplo, a da vinha e do tabaco. Segundo a afirmação de um técnico: "sómente a ilha de Santiago, bem



arquipélago, além das suas 150 espécies, é o tubarão, cujo aproveitamento industrial é hoje em dia susceptível de cerca de 2.000 aplicações - óleos, plásticos, botões etc. O mar fornece também grandes possibilidades tísticas para o desporto náutico e, em especial, para a pesca submarina.

A ciência permite-nos hoje utilizar novos modos de produção de energia. Uma dessas possibilidades é o emprego de energia eólica, quer dizer a energia obtida a custado vento. Para dar rendimento no plano industrial é preciso que a energia eólica tenha uma força considerável, donde uma primeira consequência: adaptações àquelles países onde os ventos sopram com regularidade. É portanto, necessário reconhecer as condições do clima. Estas condições que se realizam em quase toda a costa ocidental do continente africano devido aos ventos alísios, são particularmente favoráveis em Cabo Verde.

Se de facto existir petróleo submarino em Cabo Verde, como alguns técnicos pensam, ainda maiores serão no futuro, as possibilidades económicas do arquipélago.

O certo é que com a independência do país, com uma economia inteligente orientada, com o esforço consciente do trabalhador e de todo o povo, senhor da sua própria não se falará mais de Cabo Verde como um país pobre.

UNIDADE GUINÉ- CABO VERDE

Finalmente, e ainda que sumariamente, queremos abordar a questão falada (e explorada) questão da unidade Guiné-Cabo Verde.

É um facto incontestável que o colonialismo português favoreceu e explorou ao máximo a dominação do povo guinéu por parte do povo caboverdiano. Isto é, a circunstância de, na esfera social existente na ex-colónia da Guiné,

(Continua pág. 14)

CARTA E RESPOSTA

QUESTÕES DE TÁCTICA E ALIANÇA

CAMARADAS

"A actual linha do PRP-BR impõe-me algumas considerações que, pela impossibilidade de dispor de tempo suficiente, eu faço através de perguntas. Convém no entanto referir, que não sou teórico, nem partidário.

Afirmo o PRP, que não "adorava nomes". Como se justifica, então, o relevo dado à figura do Gen. Otelo Saraiva de Carvalho (principalmente nas páginas centrais do último Revolução)? Os "Conselhos Revolucionários" estão na ordem do dia. Será este o motivo? É inegável o favoritismo do Gen. Otelo pela LUAR e pelo PRP. Sentir-se-ão vocês na obrigação de contribuir? Já um anterior artigo sobre Vasco Gonçalves me deixou muitas dúvidas. Que se pretendeu ao pôr em destaque a hostilidade do Primeiro Ministro? Porventura, se faria o mesmo por Marcelo Caetano ser esperto? Não me interessa duvidar da hostilidade do Gen. Vasco Gonçalves, tal como não duvido (ele próprio afirmou) que é um burguês. Estes senhores generais, como muitos outros oficiais progressistas não compreenderam que a "Revolução do MFA" não é, nem nunca será a nossa. Se os progressistas do MFA querem trabalhar realmente para o povo, põem o povo no poder e defendem militarmente as suas decisões, não como agora. O POVO NÃO ESMOLAI! O POVO NÃO EXISTE PARA "BATER PALMAS" NO FIM DE CADA "ACTO"! Sim, porque a "cantiga" de imaturidade já vem do tempo de Marcelo.

Vasco Gonçalves afirma: "Ou estamos na Revolução, ou estamos contra a Revolução" e o seu "Contra a Revolução" significa "Resacção" (como se pode entender do discurso feito na Sorfame). Quem disse "A Pátria não se discute-se"? Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e o Zé Povinho vai "amouchando".

O PRP foi atacado pelo MRPP e defendeu-se, passando a atacá-lo, mas muito mal, quando meteu COPCON à mistura. Que COPCON defende o PRP? E COMO ataca o MRPP?

Defender o COPCON só porque gritou "Viva a classe operária" e abandonou a política de desalojamentos, parece-me muito pouco. Ou terá sido outro COPCON que fez a operação "Casal Ventoso" e uma outra mais recente?

Tem o PRP atacado os partidos reformistas com uma frase que é mais ou menos "o que faz a ambição do poder"? Será que o PRP está também contaminado pela mesma doença?

E o MRPP um movimento que sofre de "esquerdismo", logo sectário e divisionário. Mas será mais reaccionário que o CDS? Será a política no círculo em que a extrema esquerda se une à extrema direita? O MRPP faz o jogo da reacção, ou a reacção faz jogo com o MRPP? No entanto, os verdadeiros fascistas parecem esquecidos da reacção do Revolução.

Mas adiante. Justifica-se a prisão de tantos militantes do MRPP? Pretender-se-á encher as celas dos fascistas com anti-fascistas? Qual o significado da destruição das sedes e do material existente? Intimidação? Ou é apenas para arranjarem colocação dos frutos da batalha da produção? O MRPP torturar três fascistas é justificação que se dê? Querem fazer de nós mais estúpidos do que aquilo que nos chamam? Havia armas, essencialmente matracas, nas sedes do MRPP; com franqueza, isto é muito triste como justificação. Não sei também o PC, o PS, o PPD...? Não haverá "brinquedos" no CDS? E os "coctails" Molotov que se descobriam na FSP do Porto? Quem está preso? E o PRP-BR e a LUAR...? Acusa o COPCON, que os detidos do MRPP opõem resistência e recusam a identificar-se. Quereria o COPCON que eles

fossem "carneirinhos" e arguessem os soldados nos ombros, gritando "O Povo está com o MFA!", depois do que eles fizeram na operação?

Que se pretende afinal? Que o povo entre em ebulição ao nome MRPP e encolha os ombros indiferentemente aos reaccionários? Não seria preferível o contrário? Se o próprio COPCON afirma que o MRPP está isolado das massas pela sua própria ideologia, que serve atacá-lo? Que povo se defende? Tudo isto me sugere um desperdício de forças que beneficia tudo menos o povo. O MRPP, muito pouco oportunista (diga-se) nas jogadas políticas, nunca escolheu termos ternos para chamar pelas coisas (como exemplo "... o social-fascista ministro Barreirinhas Cunhal..."). Não será este o motivo de tanto ódio mal disfarçado? O MRPP denunciou o coronel Jaime Neves, que no dia 28 de Maio participou nesta operação. Qual é a reacção?

Camaradas, atacar o MRPP da mesma maneira que o faz o social-fascismo, é muito mau. Defender um COPCON, que não pode ser mais revolucionário que o MFA, é também muito mau. E por isso mesmo, vos dirigo esta série de perguntas, que entendi pertinentes e que pretendem exigir uma definição correcta da vossa posição na esquerda revolucionária. Se porventura, vocês considerarem as minhas perguntas impertinentes a resposta está dada.

Antes de terminar, quero deixar aqui o desabafo que um camarada soldado fez a propósito dos acontecimentos com o MRPP: — Os anarquistas dizem que "Depois de Vasco, só Císco Kid" e eu acrescento "Depois do COPCON só a Ku-Klux-Klan". Saudações Revolucionárias Um preço da F. Aérea

L.M.

gica, temos dado provas de capacidade de análise da situação e de capacidade de previsão. O que

se prova com documentos. Será favoritismo respeitar o PRP, como interlocutor?

O COPCON

Diz L.M. que o "COPCON não pode ser mais revolucionário que o MFA". Não percebemos a que MFA é que se refere, uma vez que para nós há de tudo no MFA. Mas além disso pensamos que a estrutura operacional representada pelo COPCON tem realmente das posições militares mais radicais. Naturalmente que quando foi criado, os objectivos eram outros. Mas o próprio contacto diário com a realidade do país, a necessidade de tomar medidas eficazes para a defesa militar contra a reacção, tem levado o COPCON para posições que o põem ao lado dos trabalhadores. Não é simples dentro da estrutura militar actual, ter saído para a rua no 7 de Fevereiro acompanhando as Comissões de Trabalhadores, contra as disposições do Governo Civil e contra as calúnias da Intersindical apregoadas por todos os meios de comunicação. E quanto à política em relação às ocupações, não foi só "abandonar a política do desalojamento". Foi acompanhar a política de ocupações; o mais concretamente possível. E estas são talvez as posições mais notórias, mas não são concretizações às únicas.

O artigo sobre o Primeiro Ministro a que a carta se refere destina-se exactamente a fazer uma crítica a Vasco Gonçalves, como se pode constatar pela leitura do dito. Uma crítica que vai muito longe e que põe em causa a compreensão do primeiro-ministro em relação ao processo e a sua atitude quanto ao chamado "esquerdismo". Mas não passamos por cima de algumas características pessoais do Primeiro Ministro que saltam à vista, e que nos levam a considerar que está realmente numa batalha generosa, embora discordemos profundamente de muitas das suas posições e fundamentalmente que não tenha percebido que não estamos em Revolução Socialista e que esta está por fazer. É que para nós parece que há uma posição possível entre a crítica (será

crítica?) insultuosa e de chacota do MRPP e os elogios entusiásticos dos reformistas. Infelizmente não surgem terceiras posições na imprensa. A crítica séria é uma raridade.

Recentemente o caso Rádio Renascença veio esclarecer muitas coisas. A primeira decisão governamental veio a ser posta em causa dois dias mais tarde pelo Conselho da Revolução. Perante a resistência dos trabalhadores, perante as concentrações permanentes na rua Capelo, o poder político-militar mostrou as suas contradições. Encontrou o Governo, militares que fossem recuperar pela força as instalações da Rádio Renascença e entregá-las ao Patriarcado? No caso do Jornal República idêntica pergunta se põe - quais são os militares que são capazes de cumprir as decisões do Conselho da Revolução? Entrou ou não o COPCON em contradição com o Conselho da Revolução? E quanto aos TLP, observamos as tropas retirarem-se das centrais depois de lá terem estado.

Nas estações de cooio as tropas foram até lá... apoiar os manifestantes.

Claro que o COPCON não é um órgão de poder dos trabalhadores. Claro que está sujeito às pressões deste poder e reflete o jogo de forças em cada momento (veja-se o caso do comunicado sobre o CRTSM, apoiados em textos precedentes). Temos a distância necessária para ser críticos sempre que as circunstâncias o exigirem. Mas pretendemos também ter a capacidade para conhecer a situação real, a relação de forças, a tática possível e as alianças necessárias.

E dizemos sobretudo que é aos trabalhadores e aos revolucionários que compete fazer a revolução. Não devem "reivindicá-la" aos actuais órgãos de poder.

O MRPP

Otelo manifesta "inegável favoritismo pela LUAR e pelo PRP"? Pois se assim fosse pensávamos

que fazia muito bem, pois que reconhecia quem nos últimos anos foi capaz de estar de armas na mão a lutar contra o fascismo. E hoje, em que além das armas-armas, existem outras armas mais as claras que são as da luta ideolo-

meteu o PRP "o COPCON à mistura para atacar o MRPP" desde que este atacou o PRP? Onde se pode ler ou ver que o PRP meteu o COPCON à mistura? Não será o MRPP que durante os acontecimentos do RAL 1 quis pôr em cheque o COPCON, que a luta

a travar contra o MRPP deve ser ideológica, como o disse publicamente. E disse também que a "resposta dos «insultados» pelo MRPP não pode desviá-los do inimigo principal e abater — a burguesia". "E que os militares se

RESPOSTA

Ao camarada L.M. e a todos os que se identificarem com as suas perguntas.

Esta carta merece-nos uma resposta extensa, porque julgamos

abrir uma polémica a respeito de questões de tática impor tantes no momento presente. Tática que se deve discutir entre as várias tendências revoluci onárias.

mização proclamam desde o 25 de Abril a unidade "POVO-MFA", não olhando se se referiam ao Spínola ou ao Dinis de Almeida do RAL I.

Há pois no largo leque dos homens do 25 de Abril aqueles que estão presos porque fizeram o 11 de Março. Há os que defendem posições reformistas. E há os que defendem posições revolucionárias. Também não é proibido que um oficial tome posições revolucionárias! E o caso de Otelo. E não só. E já larga a lista de oficiais que vêm a público defender posições revolucionárias. Talvez convenha perceber porquê, antes de os atirar pela porta fora da revolução, só porque são de origem burguesa. E quantos não tinham origem burguesa na Revolução de Outubro, na China e noutros países?

Otelo manifesta "inegável favoritismo pela LUAR e pelo PRP"? Pois se assim fosse pensávamos

que fazia muito bem, pois que reconhecia quem nos últimos anos foi capaz de estar de armas na mão a lutar contra o fascismo. E hoje, em que além das armas-armas, existem outras armas mais as claras que são as da luta ideolo-

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Diz L.M. que pomos em relevo a figura de Otelo. Talvez seja verdade. Mas será isso para "adorar um nome" ou para pôr em destaque a posição dum militar que é capaz de acompanhar os trabalhadores?

Sobre o que foi o 25 de Abril, temos nos posto todos, os da esquerda revolucionária, mais ou menos de acordo — golpe militar para salvar o sistema, julgando-se que a crise era devida apenas ao fascismo. Alguns dos militares que fizeram o 25 de Abril sabiam qual era o conteúdo desse golpe e queriam ir amis além. Mas meteram-se dentro dele. A maioria, no entanto, fez o golpe do 25 de Abril, sem pensar em termos anti-capitalistas. Isso é certo. Mas sobre o que se passou a partir daí sobre o significado dos militares,

alianças possíveis do proletariado neste momento histórico, divergimos bastante todos, os da esquerda revolucionária.

Para o PRP-BR, o MFA sempre foi o tal sacro fundo onde se meteu tudo e entendemos que era e é uma "mistificação" ver homogeneidade onde ela não existe.

No MFA havia homens de direita e o 11 de Março bem o demonstrou.

mas o avanço do processo e a própria depuração do MFA veio permitir que a divisão dentro deste movimento já se não ponha em termos de direita e esquerda, mas em termos de reformistas e revolucionários. Não ver que existe esta divisão dentro do MFA parece-nos tão cego como aqueles como em nome de outra unifor-



OS MÉDICOS E A LUTA DE CLASSES

OS MÉDICOS E A SOCIEDADE CAPITALISTA

Apesar da sua intervenção indirecta na cadeia de produção, os médicos desempenham um papel importante na estrutura social uma vez que detêm as técnicas e conhecimentos necessários para a resolução de um problema básico: A Saúde.

Dada o teor e importância das funções que exercem na orgânica social, não é de admirar que constituam uma classe favorecida, carregada de privilégios, que alimenta o capital sem o produzir.

A CLASSE MÉDICA SEGUE A DIREITA

Assim em todo o país surge um

movimento reaccionário, apoiado no processo geral de luta de classes que se agudizou no pós 25 de Abril.

Uma surpresa inicial face às novas perspectivas sociais então abertas, condicionou um silênciar de atitudes contra o processo político em curso.

Mas quando neste processo a burguesia se sente ameaçada e desencadeia uma avançada reaccionária, a classe médica passa a reivindicar activamente os seus privilégios de classe, agora postos em causa.

OS MÉDICOS E O 25 DE ABRIL

A classe médica foi englobada

numa grande maioria de médicos, que tenta boicotar as modificações progressistas na estruturação da saúde. A manutenção do sistema degradante de prestação de serviços médicos que actualmente existem, parece ser o desejo dessa facção de direita.

AS MEDIDAS TOMADAS POR UMA MAIORIA FASCISTA

NÍVEL FASCISTA

I - A NÍVEL SINDICAL

A direita médica de todo o país tenta desagregar os embriões de estrutura sindical existentes, e conseguiu-o.

Mediante acções conjuntas em Lisboa, Porto e Coimbra esta

maioria organizou-se numa "frente unitária" para a aprovação de estatutos que coloquem um sindicato, (de inscrição facultativa), sob a alçada duma Associação Médica (de inscrição obrigatória) a qual passará a ser a entidade representativa dos médicos no diálogo com o governo em questões de saúde.

Este passo foi ganho pela direita no Porto e em Lisboa. Em Coimbra a aprovação dos estatutos ainda está pendente, mas é apenas uma questão de tempo.

Lisboa a minoria progressista que luta por uma saúde ao serviço das massas populares, não teve voz activa nas assembleias do sindicato, na aprovação dos novos estatutos nem conseguiu sequer fazer-se ouvir - as suas intervenções foram anuladas pelos apupos da maioria direitista presente na assembleia. Esta minoria considerando "a inutilidade, a colaboração, o compromisso humilhante de participar na elaboração duma orgânica que se irá voltar inevitavelmente contra a saúde dos trabalhadores", propôs o abandono da assembleia. Esta minoria de médicos tenta organizar-se agora numa estrutura sindical perspectivada numa saúde ao serviço das massas populares.

II - A NÍVEL DE LOCAIS DE TRABALHO - CASO DO H.S.M.

N o Hospital de Santa Maria os médicos eram os únicos trabalhadores para quem não existia controle efetivo de horário de trabalho. Os restantes trabalhadores desse hospital "picavam" o ponto.

Logicamente os trabalhadores consideraram a atitude de privilégio dos médicos e decidiram reunidos em Assembleia Geral de Trabalhadores (A.G.T.) que todo o pessoal hospitalar devia picar o ponto.

Os médicos abalados no privilégio de trabalhar a seu belo prazer, ou mesmo de não trabalhar reunem-se e em Assembleia de Base Médica do HMS decidem refutar a soberania da AGT, põem em causa a democraticidade duma assembleia (a AGT) constituída por todos os estratos profissionais do HSM e recusam-se a picar o ponto.

A desvinculação da AGT e a decisão de não picar o ponto são penalizadas em proposta operada por maioria.

Perante estes factos um grupo

minoritário de médicos fez uma declaração conjunta de voto, afirmando a sua vinculação à AGT, declarando que assumia os seus deveres de trabalhadores do HSM e que portanto aderiam ao controle do horário de trabalho. Este mesmo grupo minoritário considerou-se posteriormente desvinculado da base médica, aceitando como órgão deliberativo máximo a AGT, e rejeitou as atitudes anti-democráticas dos colegas.

A maioria reaccionária do HSM, sem que tenha havido razões objectivas para este recuo espontâneo, decide-se a picar o ponto mas recusa a sua vinculação formal e definitiva à AGT.

AS ATITUDES REACCIÓNARIAS DOS MÉDICOS E A SAÚDE DO POVO PORTUGUÊS

A importância destas tristes "vitórias" da direita a nível da classe médica vão-se refletir sobre a saúde das massas populares.

Estes médicos vão tentar prorrogar a situação degradante da medicina portuguesa, herança não modificada do tempo do fascismo. Vão tentar manter a iniquidade da assistência médica prestada nos hospitais, caixas de Previdência, casas do Povo, etc.

Vão continuar a defender os proveitos da clínica livre.

Vão boicotar a criação de um Serviço Nacional de Saúde ao serviço do povo português, e para tal organizam as estruturas "sindicais" que lhes convêm.

Estes s ao os colegas dos médicos que em Cuba, desertaram em massa de Previdência, casas do Povo, etc.

Vão continuar a defender os proveitos da clínica livre.

Vão boicotar a criação de um Serviço Nacional de Saúde ao serviço do povo português, e para tal organizam as estruturas "sindicais" que lhes convêm.

Estes s ao os colegas dos médicos que em Cuba, desertaram em massa após a Revolução socialista, e que no Chile fizeram a greve geral que contribuiu para a queda de Allende.

Para estes é e será necessária a vigilância popular para que a saúde do povo português deixe de ser um dos factores na cadeia de exploração que ele tem sofrido.

TIMOR

FRETILIN: "não pactuar com os inimigos

e traidores do povo"

A U.D.T. e a APODETI estão satisfeitos com as negociações que têm desenvolvido com a delegação do governo português, chegando a um acordo que prevê a constituição de um governo provisório na ilha.

Desde a primeira hora que a FRETILIN sempre se recusou a ir à cimeira com a participação da integracionista APODETI, partido fantoche, sem representatividade nenhuma e traidor do povo de Timor-Leste. Mas mesmo não estando a FRETILIN, único e legítimo representante do povo de Timor-Leste, o governo português negocia com as organizações fantoches e tenta formar o governo provisório.

O presidente da FRETILIN em Lourenço Marques, a convite de Samora Machel, afirma:

Em Deli encontram-se elementos altamente conservadores na equipa militar portuguesa, pondo mesmo em causa a verdadeira facção progressista do MFA. Fazendo um apelo ao Governo Português para que retire imediatamente o procurador da República em Deli, Lourenço Pires e António Cravo, Juiz da comarca. Estes elementos frisa o presidente da FRETILIN são elementos perturbadores do processo de descolonização.

Passamos a transcrever um comunicado do comité de acção da FRETILIN em Portugal referindo-se aos últimos acontecimentos.

ESCLARECIMENTO

Acerca do telefonema transmitido directamente de Macau pelo enviado especial da Rádio Televisão Portuguesa, de que transcrevemos uma parte:

"A FRETILIN AMEAÇA BOICOTAR ESTA REUNIÃO, RECLAMANDO A SUA REALIZAÇÃO EM LISBOA, APARENTEMENTE PARA APROVEITAR O APOIO DE QUE GOZA PARA AS NEGOCIAÇÕES".

Face a isto, o COMITÉ DE ACÇÃO DA FRETILIN EM PORTUGAL (C. A. F. P.) acha necessário esclarecer ao povo irmão de Portugal e as forças progressistas o seguinte:

1 - O "boicote" a que o enviado especial da RTP se refere, gostaria o C.A.F.P. perguntar se se pode considerar boicote a uma tomada de posição coerente?

Desde a primeira hora que a FRETILIN sempre se recusou a ir à cimeira com a participação da integracionista - APODETI - partido fantoche sem representatividade nenhuma, e traidor do povo de Timor-Leste.

2 - A escolha do local para a cimeira em Macau, foi imposta pelo governo local, pois, esta decisão foi unilateralmente tomada pelo mesmo, apesar de a FRETILIN ter proposto, não só em Lisboa como também ex-Lourenço Marques ou Guiné-Bissau. Contudo, a recusa da FRETILIN não se fundamenta essencialmente no local imposto, mas sim, no princípio de que ela foi criada para combater todos os inimigos e traidores do povo e nunca pactuar com eles.

3 - Da referência que o enviado especial da RTP fez ao apoio de que a FRETILIN goza nos meios políticos da capital portuguesa, o C.A.F.P. confirma que a FRETILIN realmente tem o apoio do povo irmão português e das forças progressistas de Portugal, aliás considera o povo irmão português como seu aliado natural na luta anti-imperialista.

COMITÉ DE ACÇÃO DA FRETILIN EM PORTUGAL

A Secção Política

Lisboa, 26 de Junho de 1975

QUESTÕES DE TÁCTICA E ALIANÇA

Continuação da pág. 12

aliem aos trabalhadores para passar o poder aos trabalhadores - é a única solução. Como será a única solução para acabar com a raça dos ELPs, que pretende entrar na fase do terror e aos quais os revolucionários têm de responder com firmeza". (Editorial de 6-6-75). Isto para já não falar do comunicado vindo a lume na imprensa diária e em que se reclama a acção sobre CDS, PDC, bufos, sabotadores, etc. Como se pode dizer então: "Mas será mais reacção que o CDS?" ou que "os verdadeiros fascistas parecem esquecidos da redacção do Revolução"? Não sabe este partido se é intenção de algum militante ou mesmo dirigente do MRPP fazer "o jogo da reacção". O que não é concerteza é uma organização ao serviço da reacção. Mas sabemos que tem características que servem à sua manipulação ou instrumentalização por forças ocultas.

Diz depois L. M. "Mas adiante. Justifica-se a prisão..." etc. Mas quem justificou a prisão? Decerto que não foi o "Revolução". Que repete: a luta a travar contra o MRPP é ideológica. E essa estamos

dispostos a travá-la e se necessário em público. O MRPP é que não tem o hábito de se confrontar em público com outras opiniões, recusando-se por sistema a debates e a confrontos. O que é natural para quem pensa que é "a voz da classe operária", "o único representante da classe operária", "a sua vanguarda", etc.

Parece-nos que tudo isto vai dar no problema do "povo", do "MFA" e das alianças, mais precisamente da táctica a seguir no momento actual. E aí o camarada L. M. diz: «Se os progressistas do MFA querem trabalhar realmente para o povo, põem o povo no poder e defendem militarmente as suas decisões, não como agora". No que nós discordamos totalmente. Não têm que ser os progressistas do MFA a pôr os trabalhadores no poder, têm que ser estes a conquistá-lo! Que espécie de paternalismo é esse?

Depois do 25 de Abril, têm sido as posições avançadas dos trabalhadores organizados, têm sido as suas lutas e as suas conquistas que têm empurrado o processo do simples anti-fascismo para o anti-

-capitalismo, estando neste momento em causa todo o sistema e já ninguém acreditando (nem os interessados na estabilização da democracia burguesa. E para a arrancada final que leve os trabalhadores ao poder têm que ser os militares a fazer-lhes a cama? Nesta coisa de luta de classes e de poder não há Pai Natal. Terão os trabalhadores que encontrar formas próprias de organização, que quanto a nós são os Conselhos Revolucionários, para a conquista e o exercício do poder.

Mas essa conquista e esse poder não são questões abstractas num país abstracto. Passam aqui pela aliança entre os trabalhadores, os soldados e os oficiais revolucionários. Estes, por um motivo ou por outro, pela necessidade de compreender o processo, pela necessidade de sobrevivência, fizeram em muitos casos a sua opção de classe pelo proletariado. E com eles estão as armas e o poder operacional neste país. E o momento é de urgência. E agora que é necessária uma transformação radical para que o proletariado saia vitorioso. Não dá

tempo nem para criar um exército proletário a pouco e pouco, nem para criar o tal partido que seja o suprasumo dos partidos. Agora e aqui é necessário saber quais os componentes precisos para a vitória. E se ela não é possível sem os trabalhadores no poder, também não é possível sem uma aliança com os oficiais revolucionários. Tudo o resto é um país imaginário. E os trabalhadores, se não querem partilhar o poder, que o conquistem, não o esperem apanhar de mão beijada.

Quanto ao PRP estar "contaminado pela mesma doença" de "ambição do poder", disso estão este partido e os trabalhadores livres. Porque o PRP entende agora e sempre que os partidos, sejam

quais forem não devem estar no poder. Incluindo o nosso. No poder só devem estar os órgãos que sejam os legítimos representantes dos trabalhadores - os seus conselhos eleitos nos locais de trabalho. Nós ficaremos sempre de fora. O que é uma garantia, porque ninguém terá medo de perder aquilo que não tem. Esta é a posição deste jornal, porta-voz do PRP-BR, face às perguntas de L. M. (cujo nome não pomos por extenso porque sobre isso não temos a opinião do próprio). Temos as páginas deste jornal abertas a uma resposta, como estão abertas a todas as críticas que nos quiserem dirigir e que publicaremos se a comissão de redacção as achar com interesse para o esclarecimento dos trabalhadores-leitores.

CABO VERDE

Continuação da pág. 11

existir uma pirâmide na qual encontramos no topo o colono branco, ao meio (em certos locais administrativos do sistema colonial e a dominarem o comércio) alguns cabo-verdianos e, logicamente na base, a imensa maioria dos guinéus, esta circunstância dizíamos, foi criada no próprio interesse do colono, o qual, deste modo, tinha a sua tarefa de exploração facilitada, na esperança que o guinéu visse no cabo-verdiano, e não no colonialista português, o seu verdadeiro explorador.

Assim, é este facto histórico

que não pode (nem deve) ser ignorado, que está na origem de todas as especulações e posições neo-colonialistas que conduzem a atitudes segundo as quais não existe qualquer substracto que justifique a unidade da Guiné com Cabo Verde.

Sabemos que posições deste género foram habilmente exploradas por organizações neo-colonialistas (tipo FLING), as quais especulam também sobre o facto de "a direcção do PAIGC ser composta pela camarilha cabo-verdiana"...

O problema da unidade entre os povos da Guiné e Cabo Verde é, pensamos, um problema que apenas a eles diz respeito.

Um facto porém, é evidente - as artimanhas do colonialismo português não podem anular um passado comum (histórico e cultural) de dois povos oriundos, de resto, do mesmo território, e aos quais a duríssima opressão do colonialismo português mais não conseguiu que os tomar irmãos também na luta e no sangue.

QUE ORGANIZAÇÃO NO EXÉRCITO?

Continuação da pág. 5

(1) Pelos princípios globais já definidos da Revolução Portuguesa tendo em vista a construção de uma sociedade socialista e pluripartidária, garantindo a independência nacional. Pelo princípio do apertadismo no seio das F.A., recusando quaisquer tentativas de infiltração e controle dos partidos políticos.

Como se pode ver por aqui, mantém e alimenta a hierarquia no Exército e no que respeita às ADUs - que define como órgão de apoio ao Comando - quer dizer que se o Comando for reacçãoário, o que não será um facto inédito, a ADU terá que o seguir ou então... provocar a ruptura e sanear o Comando. Só nesse caso se poderá garantir "um elevado grau de iniciativa..." das ADUs...

PROPOSTA ORGANIZATIVA

Além disto, a proposta do GDE em nada adianta a proposta de Lanceiros 2. Muito pelo contrário, além de referir ao de leve e num plano secundário a Assembleia de Unidade, não define as atribuições dos órgãos intermédios para lá da eleição de delegados à ADU.

Nela (proposta) os órgãos por excelência são a ADU e o GDU este dependente do GDE, aquela dependente do Comando.

EM CONCLUSÃO

Se as duas propostas têm insuficiência, a do GDE está à cabeça com larga vantagem, porque é retrograda. Por isso e porque a

proposta de Lanceiros 2 não é extensiva às outras unidades porque não tem o aval do GDE-EME a única consolação que nos resta é sabermos que na actual fase de desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores e dos soldados, tais «directivas» serão (se já não o foram) irremediavelmente ultrapassadas e só no cesto dos papéis terão lugar. Porque o que interessa é ligar de forma inequívoca os soldados aos trabalhadores, é transformar o exército actual de classe, num exército revolucionário dos trabalhadores, para a defesa contra o imperialismo, para a conquista do poder pelos trabalhadores. Porque o Poder também se mede com armas.

Sedes

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedrosa, 15
ALGÉS DE CIMA

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

ÁRGEA

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 169, 1.º

CARNIDE — Rua Neves Costa, 47

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

Jornal "Revolução"
Rua do Arco do Carvalho, 1, 5.º Dt.º — tel. 682323

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º

MANGUALDE — Rua Nova, 20

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pombal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PEREIRA — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 152

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espergueira — Tel. 22558

VISEU — Rua Cândido dos Reis, 55

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68

ALMADA — R. Trindade Coelho — Cacilhas
(a abrir brevemente)

A SEMANA A SEMANA A SEMANA



QUARTA-FEIRA, DIA 2

Como protesto contra a decisão governamental de entregar a Rádio Renascença ao patronato, a classe operária e organizações partidárias e cívicas manifestaram o seu apoio à luta dos trabalhadores da R.R., formando piquetes para evitar a entrada nas instalações da gerência reaccionária.

A rua Capelo ficou pejada de trabalhadores e militantes revolucionários que demonstraram a sua solidariedade e o desejo de defender a justa luta dos trabalhadores da R.R.

Apesar das instalações terem sido ocupadas pelo COPCON, os trabalhadores dos TLP decidem manter-se dispostos a prosseguir na forma de luta por eles aprovada.

Continua o boicote popular ao aumento de tarifas dos Caminhos de Ferro, neutralizados em alguns casos pelos próprios ferroviários.

Trata-se, aqui, de má informação ou de manobras de forças políticas não interessadas na defesa dos verdadeiros interesses das massas trabalhadoras?

A República Federal alemã está pronta a ajudar Portugal desde que haja um regime pluralista. Continua a chantagem do imperialismo e da social-democracia internacional, no sentido de evitar que em Portugal se dê a Revolução Socialista, que teria consequências em toda a Europa.

Para aquietar os capitalistas europeus, Rosa Coutinho afirmou aos alemães que o "nosso" socialismo é um socialismo liberal, e não de tipo totalitário.

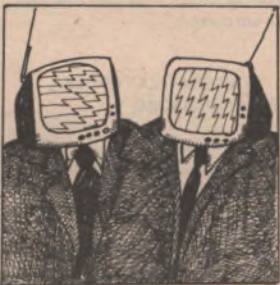
Os CRTSM afirmam em comunicado que todas as lutas dos trabalhadores "se encontram num impasse, que é o impasse sem resposta de uma sociedade burguesa que se pretende a caminho do socialismo, mas que se atomiza e recua, quando se vê abalada nas suas mais fundas raízes".



Cunhal e Soares em debate na televisão francesa surpreendem os entrevistadores pela amenidade do seu diálogo.

Foi afirmado por ambos os dirigentes políticos o mesmo socialismo, mas com tónicas diferentes. Cunhal disse, a respeito da "República": "havemos de arranjar uma solução no Portugal democrático". Soares Reafirmou que não é inimigo do Cunhal.

As comadres não se zangaram e o pluralismo saiu são e salvo do confronto...



Os trabalhadores da O.G.M.A. exigem a satisfação das suas reivindicações, diante do Estado-Maior da Força Aérea, manifestando a sua solidariedade com as lutas dos TLP, CTT, TAP Perante a mobilização massiva dos trabalhadores, repudiando a decisão governamental de entregar a R.R. ao patronato, o Conselho da Revolução decidiu intervir, propondo uma Comissão Administrativa de gerência até à nacionalização das frequências de rádio e emissoras.

A Direcção do Sindicato dos Bancários critica a aprovação dos estatutos sindicais, como uma ingerência do PS, PPD, alguns esquerdistas e de numerosos directores saneados ou a sanear pelos trabalhadores.

QUINTA-FEIRA, DIA 3

Manifestação operária em Lisboa, convocada pelos trabalhadores da Siderurgia exigindo o julgamento dos Pides, responsabilizando o governo pela fuga de Alcoentre, e reiterando o apoio às lutas da Rádio Renascença e "República". O reformismo tentou boicotar esta manifestação, lançando uma campanha de boatos, que originou uma comunicação ao país do Presidente da República.

Reabertura da Constituinte, mesmo onde este particularmente activo o deputado Américo Duarte (UDP), cujas intervenções suscitaram polémica. Pedido do estabelecimento de relações diplomáticas com a China e a Albânia, e a crítica à pressa com que

Portugal estabeleceu com a URSS e "países sob a influência expansionista de Brejnev".

Numa manifestação convocada pela TAP, foi pedida a demissão do Ministro dos Transportes e Comunicações, sob a palavra de ordem "Ministro para a rua, a luta continua".

Os CRTSM denunciaram numa Conferência de Imprensa as manobras desmobilizadoras do PCP e do MDP-CDE, através da campanha de boatos desencadeada no fim da semana, como sabotagem às manifestações operárias, que decorreram na sexta-feira.

Denunciando, igualmente, o Plano de Acção Política do Conselho da Revolução, que institucionaliza a social-democracia e a continuação da exploração do povo.

SÁBADO, DIA 5

Independência de Cabo Verde proclamada por Aristides Pereira secretário geral do PAIGC, que evocou a memória de Amílcar: "Quem engendrou e arquitetou a ideia de independência de Cabo Verde foi o camarada Amílcar Cabral. Sabemos que, apesar da sua ausência física, ele está presente entre nós na medida em que vamos procurar traduzir na maior fidelidade o seu pensamento concluindo a obra que não conseguiu concretizar".

Declaração de Vasco Lourenço ao "Jornal do Comércio":

"...nós não pretendemos um governo militar e fazemos votos sinceros para que o evoluir do processo não nos obrigue a uma solução deste tipo".

DOMINGO, DIA 6

Alguns dos pides evadidos de Alcoentre, passaram a fronteira luso-espanhola, admitindo-se que se tenham juntado ao ELP.

O comandante Xavier dos Serviços Prisionais evidenciou o espírito de sacrifício e de colaboração demonstrado pelo PRP-BR e LUAR, por se oferecerem para missões de vigilância na detecção de elementos reaccionários.

Apontou para a reeducação dos prisioneiros políticos pelo trabalho, à semelhança da acção desenvolvida por Samora Machel e FRELIMO.

Na Conferência de Imprensa convocada por Vasco Pitno Leite, no dia 4, o ministro Correia Jesuino fez as seguintes declarações afirmativas:

"A grande contradição que a História nos tem mostrado é que, muitas vezes, para se consolidar a revolução é precisa uma arte não revolucionária, enquanto esta para vingar, carece de uma situação conservadora". Para negar esta afirmação, lembramos a arte de vanguarda surgida após o triunfo da primeira Revolução socialista, na Rússia.



SEGUNDA-FEIRA, DIA 7

Os trabalhadores da Rádio Renascença emitem um comunicado, denunciando o Episódio como a "única entidade patronal que protesta contra a nomeação de uma Comissão Administrativa para uma empresa do seu monopólio. Nem o mais poderoso grupo económico protesta publicamente e recusa de maneira parentória uma tal medida social".

Os trabalhadores denunciam igualmente o carácter spinolista do comunicado da Conferência Episcopal da Metrópole.

TERÇA-FEIRA, DIA 8

Início da Assembleia do MFA, onde provavelmente irão ser discutidas as duas formas de ligação das massas com os militares: os

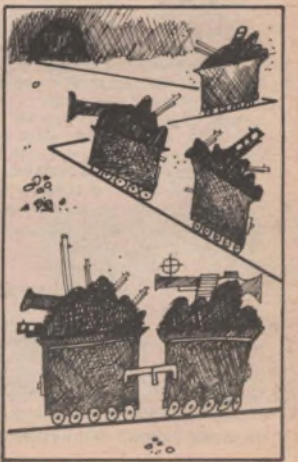
CDRs e os CRTSM, aparecendo também os chamados os CRZ (Comités Revolucionários de Zonas), surgidos da experiência de ligação entre o R.E. 1 e as Comissões de Moradores.

Em Conferência de Imprensa o PPD apelou para a batalha da produção, pôs em segundo plano a via terceiro-mundista das ligações internacionais de Portugal, apontando para a via europeia e condenou os CDRs por ilegais, divisionistas e apertadários.

Os trabalhadores de "O Século" exigem a reintegração do major Aventino Teixeira administrador delegado do governo na Sociedade Nacional de Tipografia, exonerado pelo Ministério da Comunicação Social, após prestar declarações favoráveis à libertação de Arnaldo Matos e dos militantes do MRPP.

A população de S. Pedro da Cova ocupou as instalações da Companhia de Minas, encerradas de 1970, transformando-as em Centro Revolucionário Mineiro. Deliberou-se também deixar de pagar as rendas de cas a referida companhia entregadas ao Centro Revolucionário Mineiro para serem aplicadas em benefício da população.

Este processo, "exemplo de como autonomamente as classes trabalhadoras e a população podem por si sós desencadear um firme e decisivo combate revolucionário à exploração capitalista de que ainda são vítimas", foi exposto numa conferência de imprensa, realizada na sede do Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, na Universidade Proletária.



Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA & C.* - Trav. Condessa do Rio, 7.9 /// Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

RÁDIO RENASCENÇA

A partir do dia em que o Conselho da Revolução, contrariando as decisões governamentais, não entregou o Rádio Renascença ao Patriarcado, os factos têm-se sucedido de modo a fazer crer que a época vai para vitórias da facção de esquerda do MFA, com assento nos órgãos de poder político-militar.

O comportamento dos soldados nas estações dos caminhos de ferro, a retirada do COPCON das centrais telefónicas, o projecto de ligação Povo-MFA e por fim a vitoriosa saída do "República" são uma corrida de passo acelerado em que a força impulsora e organizada das bases proletárias encontram eco a nível das superestruturas militares, através de militares revolucionários.

A situação económica e a divisão do poder político têm proporcionado que as lutas dos trabalhadores se definam claramente, sem equívocos, radicalizando-se cada vez mais. É assim que a organização dos trabalhadores, que em Maio de 1974 tinha a sua expressão máxima numa grande onda reivindicativa que corria o país, num ano adquire objectivos e formas superiores, para a conquista e o exercício do poder.

Podemos dizer que o processo revolucionário português adquire características que o aproximam das antecipações feitas por Marx quanto à Revolução Socialista, quando dela falava em termos de ser feito nos países capitalistas avançados.

É que sendo este país de economia dependente, não "desenvolvida", tem no entanto características que fazem aproximar a vanguarda do seu proletariado da dos países mais desenvolvidos e são elas: a presença de indústrias desenvolvidas nas cinturas industriais por um lado; e por outro lado a presença geográfica de Portugal na Europa filtrando portanto uma cultura e uma memória do movimento operário a que essas mesmas cinturas industriais têm largo acesso.

Isto e a gravíssima crise económica são os factores suficientes para a radicalização da luta e da organização. A social-democracia não encontra espaço ideológico no movimento operário e o reformismo perde-o dia a dia. É claro já ao nível de grandes massas que nem a social-democracia constitui solução, nem tão pouco as reformas graduais sob o autoritarismo estatal. A única solução proclamou-a este partido de há muito: é a Revolução Socialista. O que pressupõe uma profunda alteração das estruturas económicas, sob o poder organizado e forte dos trabalhadores, com as suas estruturas autónomas.

Esse poder organizado e autónomo não esperou pela anuência dos órgãos do poder. Há um ano que cresce de intensidade. As Comissões de Trabalhadores (tão caluniadas a 7 de Fevereiro... "nova maioria silenciosa", quem se esqueceu dessas palavras da União dos Sindicatos do Sul-Intersindical - repetidas vezes sem conto no Rádio Clube?). As Comissões de Moradores que transformando-se e radicalizando-se no processo da luta têm conquistado terreno ao inimigo. E por fim, esse projecto e essa realidade que são os Conselhos Revolucionários, que surgem por todo o país desde mineiros de S. Pedro da Cova às Conserveiras de Portimão. Esse projecto que fez estremer o poder constituído.

A conquista do R.R. pelas largas massas que aí toram dar uma resposta à Comissão de Trabalhadores do Rádio Renascença, mostrou ainda mais uma vez que a luta aí não foi por salários, nem por férias mas sim pelo poder.

E finalmente, o novo "República" vem para a rua. Os trabalhadores venceram. E nem a chantagem da social-democracia europeia, nem as conversações secretas com os americanos, nem o dinheiro e a propaganda dos sociais democratas portugueses nem as manobras do poder político foram capazes de vencer a força de uma centena e meia de trabalhadores desarmados e sem dinheiro. Porque essa força era também a dos que estavam fora dos muros do "República", solidários mas não só: tornando-a pela sua amplitude num passo decisivo pela conquista do poder.

Hoje, que o R.R. transmite a voz dos trabalhadores, que o República está nas mãos de toda a gente, que a Assembleia do MFA aprovou a proposta de ligação Povo-MFA, a ruptura está feita, é impossível voltar atrás.

E quem está à frente dessa ruptura ao nível do poder político-militar são os militares revolucionários que não cedem nem à sua classe, nem ao controle reformista.

A Assembleia Constituinte o Governo Provisório, o Conselho da Revolução são estruturas do passado. O PS já se colocou na sua posição de social-democrata - antirevolucionário. E o que espera o resto da estrutura para se demitir? O corte com o Imperialismo está feito, que é decerto facto aceite com todo o realismo pelas embaixadas. Que se espera para nacionalizar as grandes empresas multinacionais, cancros desta economia em degradação?

Que se espera para começar tudo de novo? Porque uma coisa é certa: as medidas políticas tomadas pela Assembleia não correspondem medidas económicas equivalentes. Muito longe disso. E o Imperialismo conta ainda com o agravamento da crise e a degradação da situação.

Será da progressão organizada dos trabalhadores, será com a imposição de novos cortes com tudo quanto é conciliação que o terreno se conquista. Ao lado dos trabalhadores e dos revolucionários estão os soldados dos quartéis e os oficiais revolucionários. Falta dar o passo final. A iniciativa desse passo será feita pelo lado revolucionário ou será provocada pela reacção? Ou ambas as partes marcham para o confronto?

Cada vez mais a definição é necessária. Ou se está deste lado ou se está do outro. Não há política de meio termo.

Quando a nível governamental se preparavam para entregar a Rádio Renascença ao Patriarcado reaccionário, e retirar à classe operária uma voz apartidária, defensora das suas lutas, foi a força dos trabalhadores aglomerados durante horas e horas à porta da Renascença que fez recuar o governo da sua decisão e manear uma Comissão Administrativa.

Foi uma vitória para a classe operária, mas a luta continua. E continua porque os trabalhadores não conquistaram o poder, e essa conquista é a principal tarefa que hoje se põe ao proletariado.

Entretanto o Patriarcado mostra mais uma vez todo o seu reaccionarismo, emitindo um comunicado em que condena a nomeação da Comissão Administrativa, a que os trabalhadores da Renascença respondem:

TRABALHADORES REAFIRMAM INDEPENDÊNCIA

"...Os trabalhadores da Rádio Renascença que ocupam os estúdios e emissores de Lisboa, depois de terem analisado a decisão do Conselho Superior da Revolução sobre a Rádio Renascença, consideram que ela constitui um passo importante que este órgão de comunicação social esteja ao serviço do Povo, o que só foi possível devido ao forte movimento de apoio que a classe operária e as massas populares deram aos objectivos porque sempre nos batemos".

Os trabalhadores da Rádio Renascença que ocupam os estúdios de Lisboa consideram altamente positiva para o processo em curso a tomada de posição do Episcopado, uma vez que os trabalhadores portugueses podem ver bem como os dentes aguçados da reacção, escondidos sob a capa do Episcopado, ainda levantam cabeça. Catorze meses após o 25 de Abril, esta é a única entidade patronal que protesta contra a nomeação de uma comissão administrativa para uma empresa do

seu monopólio. Nem o mais poderoso grupo económico protesta publicamente e recusa a maneira peremptória uma tal medida oficial. Os trabalhadores da Rádio Renascença que ocupam os estúdios e emissores de Lisboa querem alertar o Povo Português e a classe operária para o facto de os estúdios do Porto da Rádio Renascença serem um covil onde se esconde este tipo de reacção e os perigos que daí podem advir para o processo em curso...

COOPERATIVA POPULAR DE INFORMAÇÃO

Os trabalhadores da Rádio Renascença, depois de uma semana cheia de decisões governamentais a seu respeito, estudam a nova situação.

Pensam na reestruturação da estação e no papel que a Comissão Administrativa irá representar.

"Pensamos que a Comissão Administrativa deverá ter funções apenas no que diz respeito à gestão

desta empresa — publicidade, pagamento de ordenados, etc.

Relativamente à programação de rádio, não é, neste momento o que poderá interessar ao proletariado dado que quem está no poder não é ele, mas sim um governo burguês. Logo com a nacionalização quem irá gerir a Renascença não será a classe operária, mas sim a burguesia.

Os trabalhadores da Renascença entretanto querem avançar com a formação de uma cooperativa popular de informação, única maneira pela qual a Renascença poderá vir a ser gerida pela classe através da sua organização autónoma - Comissões de Moradores e de Trabalhadores.

Manter-se-á assim o espírito apartidário das emissões da Renascença, far-se-á assim o controle efectivo pela classe, sobre a Rádio Renascença.

COMUNICADO DA R.R.

Têm os trabalhadores da Rádio Renascença sublinhado a sua intenção de criar uma Cooperativa Popular de Informação, de carácter apartidário, que garanta a colocação desta estação emissora ao serviço da Classe Operária e do povo trabalhador.

A decisão do Conselho Superior da Revolução, ao nomear uma Comissão Administrativa para a Rádio Renascença foi mais um passo em frente para a concretização deste objectivo.

Para o alcançar considera-se necessária a ligação dos trabalhadores da Rádio Renascença às Comissões de Trabalhadores, às Comissões de Moradores democraticamente eleitas, apartidárias.

Deste modo convidamos as Comissões de Trabalhadores e Moradores a contactarem telegraficamente com a Rádio Renascença - R. Capelo, 5-2, °ESQ. - Lisboa 2, indicando o número de trabalhadores ou moradores que representam a fim de concretizarmos o estudo já iniciado da Cooperativa Popular de Informação.

Os trabalhadores ocupantes do Rádio Renascença de Lisboa
8-7-75



Aspecto da manifestação de 16 de Junho das Comissões de Moradores Revolucionários de Setúbal, exigindo legislação revolucionária sobre a habitação. Recorde-se que em Setúbal mais de 4000 famílias pagam neste momento 500000 ou 300000 por assinalada.